

## 5. A primeira onda de colonialismo: norte da África

EMBORA A COLONIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS árabes tenha se dado sobre bases estabelecidas anteriormente, o imperialismo europeu no mundo árabe começou a sério no último quartel do século XIX. Como foi observado no capítulo anterior, tanto a disseminação da tecnologia europeia quanto o financiamento que permitia aos governos do Oriente Médio gastar dinheiro além de seus recursos permitiram que as potências europeias estendessem sua influência sobre os domínios otomanos do norte da África até a península Arábica. A falência do Império Otomano e de suas províncias autônomas no norte da África diminuiu as barreiras e abriu espaço a formas mais diretas de controle europeu.

À medida que os interesses da Europa no norte da África se intensificaram, seus incentivos para o domínio imperial absoluto se expandiram na mesma proporção. Na década de 1880, as potências europeias estavam mais preocupadas em defender seus interesses nacionais no sul do Mediterrâneo do que em preservar a integridade territorial do Império Otomano. O "protocolo de autonegação" de 1840 era agora letra morta, e a partilha do norte da África teve início. A França estendeu seu domínio sobre a Tunísia em 1881, a Grã-Bretanha ocupou o Egito em 1882, a Itália tomou a Líbia em 1911 e as potências europeias consentiram em criar um protetorado franco-espanhol no Marrocos (o único Estado norte-africano a preservar sua independência do domínio otomano) em 1912. Antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial, todo o norte da África havia passado ao domínio europeu direto.

Havia uma série de razões para o imperialismo no mundo árabe começar no norte da África. As províncias dessa região estavam longe do centro

de gravidade otomano e, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, tornaram-se cada vez mais autônomas de Istambul. Já as províncias do Oriente Médio — na Grande Síria, na Mesopotâmia e na península Arábica — estavam mais próximas do centro otomano, e no decurso das reformas do século XIX (1839-76) tiveram uma integração maior com o governo de Istambul. Territórios como a Tunísia e o Egito haviam se tornado Estados vassallos do Império Otomano, enquanto Damasco e Alepo eram províncias integradas. Os próprios acontecimentos que viriam a aumentar a autonomia do norte da África — o surgimento de famílias distintas no comando de governos cada vez mais independentes — tornariam esses Estados mais vulneráveis à ocupação europeia.

Além disso, os Estados do norte da África eram relativamente próximos do sul da Europa — em particular da Espanha, da França e da Itália. Essa proximidade favorecia uma relação mais estreita com os europeus: para a provisão de ajuda militar, bens industriais e capital financeiro. O norte da África era a fronteira distante do Império Otomano, mas a Europa ficava perto. À medida que ela se expandiu além de suas próprias fronteiras em uma nova onda de imperialismo no final do século XIX, era natural que se voltasse primeiro para os lugares mais próximos.

Existe outra razão para os Estados europeus terem decidido colonizar o norte da África: o histórico. A longa presença francesa na Argélia estabelecia um importante precedente para as ambições da França na Tunísia e no Marrocos e dava bons motivos à Itália para buscar a satisfação de seus interesses imperiais na Líbia. Mas, se não fosse pelos acidentes da história que levaram à invasão francesa de Argel, em 1827, a divisão de grande parte do norte da África talvez nunca tivesse acontecido.

\* \* \*

Como a Tunísia, a Regência de Argel fazia parte do Império Otomano, ao menos em teoria, e era governada por um vice-rei que gozava de grande autonomia em assuntos domésticos e internacionais. As elites dominantes eram militares turcos recrutados de Istambul e organizados em um Con-

selho de Administração que elegia o seu líder, ou dei, o qual desfrutava de relações diretas com os governos da Europa. O sultão em Istambul confirmava formalmente o dei eleito e reivindicava um tributo de Argel. O único oficial otomano na cidade era o juiz da corte islâmica. De resto, a autoridade do sultão sobre Argel era estritamente cerimonial.

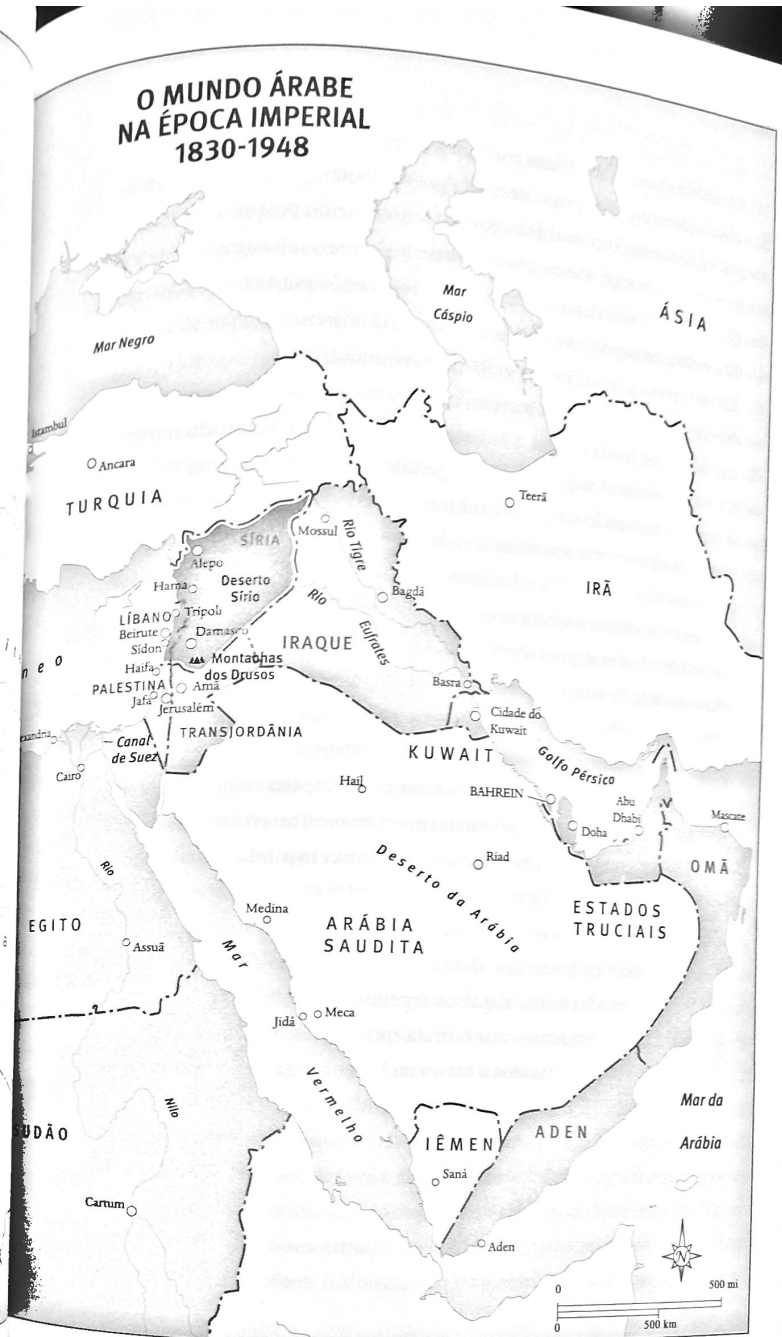
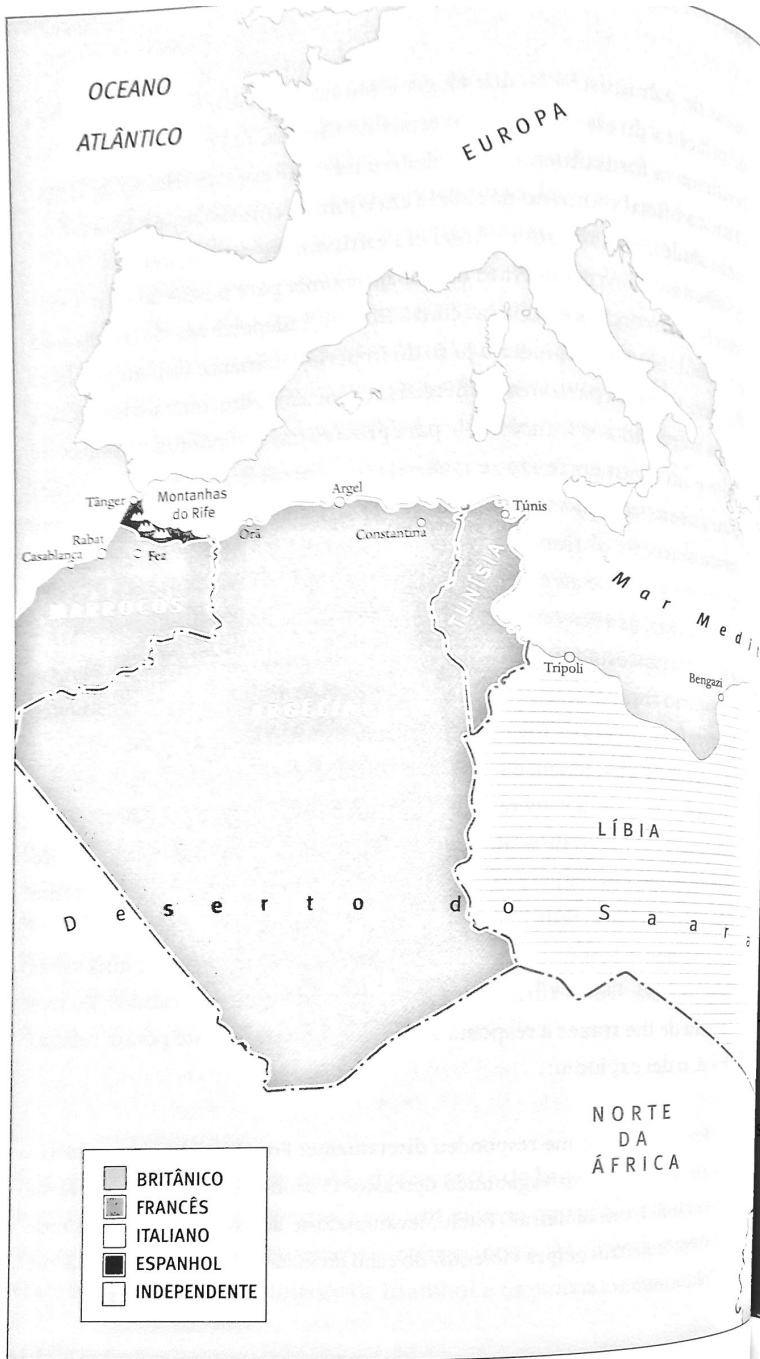
Os deis de Argel usavam de sua autonomia para buscar suas próprias relações comerciais e políticas com a Europa, independente do controle de Istambul. No entanto, sem o peso do Império Otomano, tinham pouca influência sobre os parceiros comerciais europeus. Assim, quando forneciam grãos a crédito aos franceses — para prover suas campanhas militares na Itália e no Egito entre 1793 e 1798 —, seus repetidos apelos à França para honrar seus compromissos caíam em ouvidos moucos. Décadas se passaram sem que os franceses pagassem suas dívidas, e isso se tornou uma crescente fonte de atrito entre os dois Estados.

Em 1827, as relações entre o dei argelino, Hussein Paxá (g. 1818-30), e o cônsul francês, Pierre Deval, chegaram ao ponto de ruptura depois que o governo francês não respondeu às cartas do dei exigindo o pagamento da dívida de cereais. Em uma conversa particular com Deval, Hussein Paxá perdeu a paciência e golpeou o cônsul francês com seu mata-moscas.

Nos informes a seus respectivos superiores, Deval e Hussein Paxá relataram o encontro de maneira muito diferente.<sup>1</sup> Para o ministro das Relações Exteriores da França, Deval afirmou ter encontrado o dei bastante agitado quando se reuniu com ele em seu palácio.

“Por que o seu ministro não respondeu à minha carta?”, quis saber Hussein Paxá. Deval afirmou ter-lhe respondido num tom calmo: “Eu tive a honra de lhe trazer a resposta assim que a recebi”. Neste ponto, relatou Deval, o dei explodiu:

“Por que ele não me respondeu diretamente? Por acaso sou um simplório, um negrinho, um vagabundo descalço? O senhor é um homem perverso, um infiel, um idólatra!” Então, levantando-se do assento, ele atingiu meu corpo com três golpes violentos do cabo do mata-moscas e ordenou que me retirasse.



O mata-moscas árabe é feito com crina de cavalo presa a um cabo. Não fica claro como alguém possa desferir “golpes violentos” com tal instrumento. No entanto, o cônsul francês estava convencido de que a honra de seu país estava em jogo. Ele concluiu seu relatório para o ministro: “Se Vossa Excelência não deseja dar a este caso a severa atenção pública que merece, deveria pelo menos me conceder permissão para abandonar o posto”.

Em seu próprio relatório ao grão-vizir otomano, o dei reconheceu ter batido em Deval com o mata-moscas, embora só depois de ser provocado. Ele explicou que havia escrito três vezes aos franceses solicitando o pagamento da dívida, sem sequer receber a gentileza de uma resposta. E disse ter levantado a questão com o cônsul francês “em termos corteses e com uma atitude claramente amistosa”.

“Por que não obtive resposta às cartas que escrevi e enviei ao seu governo [francês]?” O cônsul, com obstinação e arrogância, respondeu em termos ofensivos que “o rei e o Estado francês têm o direito de não responder às cartas que o senhor lhes dirigiu”. Ele ousou blasfemar contra a religião muçulmana e mostrou desprezo pela honra de Sua Majestade [o sultão], protetor do mundo. Incapaz de suportar esse insulto, que ultrapassava qualquer limite tolerável, e com a coragem natural dos muçulmanos, acertei-o duas ou três vezes com golpes leves do mata-moscas que tinha em minha humilde mão.

Qualquer que fosse a verdade desses dois relatos irreconciliáveis, ficou claro que, em 1827, os franceses não tinham a intenção de pagar dívidas contraídas três décadas antes, e que os argelinos não estavam dispostos a perdoá-las. Após o incidente com o mata-moscas, os franceses exigiram reparações pelos danos causados à honra da França, enquanto os argelinos continuaram a insistir no pagamento das dívidas havia muito vencidas. A disputa colocou os dois lados em rota de colisão; os argelinos se recusavam a recuar, e os franceses não podiam se dar a esse luxo.

Os franceses responderam aos “insultos” do dei com ultimatos. Primeiro, exigiram que os argelinos fizessem uma saudação de canhão à bandeira francesa, o que foi negado. Impuseram então um bloqueio no

porto de Argel, que causou mais prejuízos aos mercadores de Marselha do que aos corsários argelinos, cujos velozes navios deslizavam com facilidade através dos vazios deixados pela dispersa linha de embarcações francesas encarregadas do bloqueio. Depois de um impasse de dois anos, os franceses buscaram uma solução para salvar as aparências e enviaram um diplomata para negociar com o *dei*. Os argelinos dispararam algumas salvas de canhão em sua nau capitânia, impedindo o desembarque do negociador. O imbróglia argelino estava se tornando um grande constrangimento para o apossado governo do rei francês Carlos x.

Carlos x (g. 1824-30) enfrentava forte oposição dentro e fora de casa. Seus esforços para restaurar um certo absolutismo à monarquia francesa, voltando o relógio aos tempos pré-revolucionários, degeneraram numa crise quando, em 1830, ele decidiu suspender a Carta Constitucional (descrita longamente por Riffa Tahtawi em seu estudo sobre a França). Seu primeiro-ministro, o príncipe Jules de Polignac, sugeriu que uma aventura estrangeira poderia mobilizar a opinião pública a seu favor. Ele reconheceu que a França precisaria superar a oposição das demais potências europeias — a Grã-Bretanha em particular — em uma medida que inevitavelmente alteraria o equilíbrio de poder no Mediterrâneo, e despachou embaixadores para Londres e outros tribunais da Europa para definir os objetivos da invasão da Argélia, que consistiam na eliminação completa da pirataria, na abolição total da escravidão cristã e na cessação de qualquer tributo pago pelos Estados europeus à Regência a fim de garantir a navegação segura de seus navios. Polignac esperava obter apoio internacional para a invasão francesa de Argel sob o pretexto de defender esses interesses universais.

Em junho de 1830, uma expedição francesa de 37 mil soldados desembarcou a oeste de Argel. Ela derrotou rapidamente as forças do *dei* e entrou na cidade em 4 de julho. Este triunfo, porém, não foi suficiente para salvar Carlos x, que foi derrubado no final do mês, na Revolução de Julho. O erudito egípcio Riffa Tahtawi, que na época morava em Paris, notou como os franceses demonstraram muito mais satisfação com a derrubada de um rei impopular do que com a conquista de Argel, que, segundo ele, “baseava-se em motivos enganosos”.<sup>2</sup> No entanto, eles conservaram a posse de Argel

muito após a queda da monarquia Bourbon, um dos poucos legados duradouros do indistinto reinado de Carlos x. A capitulação de Hussein Paxá em 5 de julho de 1830 encerrou três séculos de história otomana e marcou o início de 132 anos de domínio francês sobre a Argélia.

EMBORA OS FRANCESES TENHAM derrotado a guarnição turca em Argel, a vitória não lhes dava controle sobre todo o país. E enquanto limitassem suas ambições às principais cidades costeiras, era improvável que encontrassem muita resistência organizada na Argélia. As potências europeias havia muito detinham portos estratégicos na costa norte-africana. A ocupação francesa de Argel em julho de 1830 e de Orã em janeiro de 1831 não era muito diferente da posição da Espanha em suas fortalezas em Ceuta e Melilla (que permanecem até hoje possessões espanholas). Mas a França não estava satisfeita em manter as principais cidades. Ela esperava colonizar a fértil planície costeira com colonos franceses em uma política conhecida como "ocupação controlada". Era uma política que inevitavelmente alienaria os povos naturais da Argélia.

A população argelina era composta por grupos ferozmente independentes de árabes e berberes, sendo esta última uma comunidade étnica não árabe convertida ao islamismo após as conquistas islâmicas do século VII. Dotados de língua e costumes próprios, os berberes estão espalhados pelo norte da África, sobretudo na Argélia e no Marrocos. Tanto árabes quanto berberes haviam preservado sua independência frente aos deus de Argel e resistido a todas as tentativas da guarnição turca de tributá-los ou impor o domínio otomano fora das grandes cidades de Argel, Constantina e Orã. Assim, eles não lamentaram a queda da Regência. No interior da Argélia, porém, eles não se mostrariam mais receptivos aos franceses do que tinham sido ao domínio turco.

Quando os franceses começaram a colonizar as planícies costeiras, as tribos locais organizaram um movimento de resistência, começando no oeste do país, perto de Orã. Árabes e berberes se voltaram para os líderes carismáticos de suas ordens sufis (irmandades muçulmanas místicas), que

muitas vezes aliavam legitimidade religiosa com uma genealogia nobre, que ligava seus membros à família do profeta Maomé. As ordens sufis estavam organizadas em redes de lojas que abrangiam toda a Argélia e comandavam a lealdade dos líderes da comunidade. Proporcionavam portanto uma estrutura natural a partir da qual montar um movimento de oposição.

Entre as comunidades sufis mais poderosas do oeste da Argélia estava a ordem Qadiri. O chefe da ordem era um velho sábio chamado Muhi al-Din. Várias das principais tribos da região pediram a Muhi Din que aceitasse o título de sultão e liderasse os árabes da Argélia ocidental em uma guerra santa contra os franceses. Quando ele recusou, por motivos de idade e doença, as tribos indicaram seu filho Abd al-Qadir, que já havia demonstrado coragem em ataques aos franceses.

Em novembro de 1832, aos 24 anos, Abd Qadir (1808-83) foi proclamado emir, ou líder das tribos aliadas contra o domínio francês. Foi o início de uma das carreiras mais notáveis da história moderna do Oriente Médio. Nos quinze anos que se seguiram, Abd Qadir uniu o povo da Argélia em um movimento de resistência contra a ocupação francesa do país. Não é exagero dizer que já era uma lenda ainda em vida — no Ocidente e no mundo árabe.

Para os franceses, Abd Qadir era o melhor exemplo do “árabe nobre”, um personagem que evocava a figura de Saladino e cujas convicções religiosas, aliadas à integridade pessoal, colocavam seus motivos — defender seu país contra a ocupação militar estrangeira — além de qualquer reprovação. Em batalha, ele era corajoso e audacioso, adepto de um estilo guerrilheiro de combate que trouxe a suas pequenas forças vitórias contra exércitos franceses mais desenvolvidos do que os que haviam derrotado os mamelucos do Egito. Suas façanhas foram imortalizadas em óleos extraordinários pintados pelo artista romântico Horace Vernet (1789-1863), o documentarista oficial da conquista francesa da Argélia. Victor Hugo elogiou Abd Qadir em um de seus versos: *le beau soldat, le beau prêtre* — literalmente, “o belo soldado, o belo padre”.

Para seus seguidores árabes, Abd Qadir gozava de dupla legitimidade religiosa, como descendente do profeta Maomé (um xarife) e filho de um



dos mais respeitados chefes de uma das mais importantes ordens sufis. Seus seguidores lhe juravam lealdade e eram recompensados com vitórias contra forças superiores. As façanhas de Abd Qadir emocionaram seus contemporâneos em todo o mundo árabe e islâmico, onde ele era visto como o "Comandante dos Fieis", defensor das terras muçulmanas contra invasores estrangeiros.

Abd Qadir empreendeu uma guerra extraordinariamente inteligente. Em certa ocasião, ao capturar alguns de seus papéis, os franceses ficaram surpresos ao descobrir que ele havia obtido informações muito confiáveis sobre os debates na Câmara dos Deputados da França acerca do conflito na Argélia. Ele sabia que a guerra era impopular entre os franceses e estava ciente das pressões para que o governo se entendesse com os insurgentes argelinos.<sup>3</sup> Dispondo dessa informação, Abd Qadir travou uma guerra concebida para levar os franceses a buscar a paz.

Por duas vezes Abd Qadir forçou os generais franceses a concluírem tratados de paz nos termos estipulados por ele, reconhecendo sua soberania e limites claros ao território que permaneceria sob o controle da França. O primeiro foi acordado em fevereiro de 1834 com o general Louis Desmichels, e o segundo — o Tratado de Tafna de reconhecimento mútuo — foi selado em maio de 1837 com o general Robert Bugeaud. Este último concedia soberania a Abd Qadir sobre dois terços da massa terrestre da Argélia.<sup>4</sup> Ambos os tratados provaram ter vida curta diante das ambições expansionistas de ambos os lados.

Tanto Abd Qadir quanto os franceses procuraram estender sua autoridade sobre a cidade oriental de Constantina. Os franceses argumentaram que Constantina ficava bastante afastada dos territórios reconhecidos no tratado de 1837 como parte do Estado de Abd Qadir. Os argelinos replicaram que o tratado estabelecia limites claros ao território francês, e que os europeus haviam violado seus termos na conquista de Constantina. Mais uma vez, as posições francesa e argelina eram irreconciliáveis. Abd Qadir acusou os franceses de quebrar o acordo e reiniciou a guerra. Em 3 de novembro de 1839, ele escreveu ao governador-geral francês:

Estávamos em paz e os limites entre o seu país e o nosso estavam claramente determinados [...]. [Agora] o senhor publicou [a afirmação de] que todas as terras entre Argel e Constantina não mais devem receber ordens minhas. A ruptura vem do senhor. No entanto, para que o senhor não me acuse de traição, aviso desde logo que irei retomar a guerra. Preparem-se, avisem seus viajantes, todos que moram em lugares isolados; em uma palavra, tomem todas as precauções que julgarem necessárias.<sup>5</sup>

As forças de Abd Qadir atacaram as vulneráveis colônias agrícolas francesas na planície de Mitija, localizada a leste de Argel. Provocando pânico generalizado, elas mataram e feriram centenas de colonos, incendiando suas casas. O governo em Paris foi confrontado com duas claras alternativas: retirar-se ou comprometer-se com uma ocupação completa da Argélia. Optou pela última e despachou o general Bugeaud à frente de uma força de campanha maciça a fim de conseguir a “submissão” total da resistência argelina ao domínio francês.

Bugeaud enfrentou uma tarefa assustadora em sua tentativa de alcançar a vitória na Argélia. Os argelinos estavam bem organizados e muitíssimo motivados. Abd Qadir organizara seu governo em oito províncias, cada uma dirigida por um governador cuja administração chegava até o nível tribal. Esses governadores recebiam salários regulares e eram responsáveis por manter a lei e a ordem e cobrar impostos para o Estado. Juízes foram nomeados para cumprir a lei islâmica. O governo era discreto, atuando sempre dentro das restrições do direito islâmico, o que encorajava os fazendeiros e membros das tribos a pagarem seus impostos.

Assim, o governo argelino conseguiu levantar fundos suficientes para apoiar um exército voluntário que se mostrou altamente eficaz em campo. Segundo a estimativa de Abd Qadir, suas forças contavam com 8 mil soldados de infantaria regular, 2 mil de cavalaria e 240 artilheiros com vinte canhões, distribuídos igualmente pelas oito províncias. Essas forças móveis eram capazes de assediar os franceses e, sempre que se sentiam ameaçadas em número, retirar-se do combate, em táticas clássicas da guerra de guerrilha.

Abd Qadir também criara uma série de cidades-fortalezas ao longo da crista do planalto argelino a fim de fornecer a seus exércitos refúgios seguros contra os contra-ataques franceses. Em 1848, falando a seus captores em Toulon, ele explicou sua estratégia:

Eu estava convencido, uma vez que a guerra tinha recomeçado, de que seria obrigado a lhes deixar o controle de todas as principais cidades do interior, mas que vocês [franceses] não seriam capazes de alcançar o Saara, uma vez que os meios de transporte que sobrecarregavam seus exércitos impediriam esse avanço.<sup>6</sup>

A estratégia do líder argelino era atrair os franceses para o interior, onde os invasores estariam dispersos e isolados, sendo mais fáceis de derrotar. Ao falar com um prisioneiro francês na cidade fortificada de Tagdemt, Abd Qadir advertiu: “Vocês morrerão de doença nas nossas montanhas, e aqueles a quem a doença não levar morrerão pelas balas de meus cavaleiros”.<sup>7</sup> Com seu governo e suas defesas mais bem organizados do que nunca, Abd Qadir estava confiante de que voltaria a prevalecer sobre os franceses.

No entanto, ele não previu a extraordinária violência com que os franceses se lançariam sobre o povo argelino. O general Bugeaud pôs em prática uma política de terra arrasada no interior do país, com o objetivo de minar o apoio popular à resistência de Abd Qadir — incendiando aldeias, dispersando o gado, destruindo colheitas e devastando pomares. Homens, mulheres e crianças foram mortos, e os oficiais foram instruídos a não fazer prisioneiros. Qualquer homem que tentasse se render era simplesmente abatido. Tribos e aldeias começaram a se voltar contra Abd Qadir a fim de evitar o sofrimento. As medidas também comprometeram a economia rural, cortando a fonte de receitas de Abd Qadir.

Os argelinos ficaram abalados com o ataque francês, e o apoio público ao movimento de resistência começou a desmoronar. Quando as famílias dos soldados chegaram a temer o ataque de outros argelinos, Abd Qadir levou todos os seus dependentes — esposas, filhos e parentes idosos — para um enorme acampamento chamado *zimala*. Segundo a descrição do pró-

prio Abd Qadir, o *zimala* era uma cidade móvel de não menos que 60 mil pessoas. Para se ter uma ideia de seu tamanho, ele afirmou que, “quando um árabe perdia o rastro de sua família, às vezes levava dois dias para encontrá-la” no meio da multidão. O *zimala* servia como uma unidade de apoio móvel para o exército de Abd Qadir, contando com armeiros, fabricantes de selas, alfaiates e todos os trabalhadores necessários para sua organização.

Não é de surpreender que o *zimala* tenha se tornado um dos principais alvos das forças francesas, ansiosas por desferir um golpe contra o moral dos soldados de Abd Qadir e a base de apoio do exército argelino. No entanto, dispondo de boa inteligência sobre a posição do exército francês e conhecimento do terreno, Abd Qadir foi capaz de mantê-lo seguro durante os primeiros três anos do conflito. Em maio de 1843, porém, a localização do acampamento foi revelada por um traidor e o exército francês conseguiu atacá-lo. Abd Qadir e seus homens souberam do ataque tarde demais para intervir. “Se eu estivesse lá”, ele refletiu em conversa com seus captivos franceses, “teríamos lutado por nossas esposas e filhos e teríamos lhes dado uma grande lição, sem dúvida. Mas essa não era a vontade de Alá; eu só soube do infortúnio três dias depois. Era tarde demais!”<sup>8</sup>

O ataque francês ao *zimala* teve o efeito desejado. Segundo a estimativa de Abd Qadir, os franceses mataram um décimo da população do acampamento móvel. A perda de parentes idosos, esposas e filhos foi um duro golpe no moral das tropas. O ataque foi também um enorme revés material ao esforço de guerra de Abd Qadir, uma vez que ele perdeu a maior parte de suas propriedades e recursos. Foi o começo do fim de sua guerra contra os franceses. Abd Qadir e suas forças se viram obrigados a recuar, e, em novembro de 1843, o comandante argelino levou seus seguidores para o exílio no Marrocos.

Pelos quatro anos seguintes, Abd Qadir reuniria tropas para atacar os franceses na Argélia, voltando ao território marroquino após cada incursão a fim de evitar ser capturado. O sultão do Marrocos, Mulai Abd al-Rahman, não desejava se envolver no conflito argelino. No entanto, por ter dado abrigo a Abd Qadir, os franceses atacaram a cidade marroquina de Oujda,

perto da fronteira com a Argélia, e enviaram sua marinha para bombardear os portos de Tânger e Mogador. Em setembro de 1844, os governos francês e marroquino assinaram um tratado para restaurar as relações de amizade, que declarava explicitamente o banimento de Abd Qadir em todo o império do Marrocos.<sup>9</sup> Sem contar com um refúgio seguro, sem recursos e afastado de sua base de operações, ficou cada vez mais difícil para Abd Qadir prosseguir o combate. Em dezembro de 1847, ele entregou sua espada aos franceses.

A França comemorou a derrota de Abd Qadir como um triunfo sobre um grande adversário. Um dos biógrafos (e admiradores) do líder argelino refletiu ironicamente: “É espantoso pensar que foram necessários sete anos de combate e 100 mil homens do maior exército do mundo para destruir o que o emir [príncipe] construiu em dois anos e cinco meses”.<sup>10</sup> O impacto da guerra sobre o povo da Argélia foi devastador. Estima-se o número de baixas civis argelinas na casa de centenas de milhares.

Os franceses levaram Abd Qadir a Toulon, onde ele e a família ficaram presos. Abd Qadir era uma espécie de celebridade, e o governo do rei Luís Filipe queria se beneficiar de sua popularidade para lhe conceder um clamoroso perdão. Esses planos foram interrompidos pela Revolução de 1848 e pela derrubada do rei. Em meio à confusão política da mudança de regime em Paris, o líder argelino ficou esquecido. Foi apenas em 1852 que o novo presidente, Luís Napoleão (mais tarde coroado imperador Napoleão III), restaurou sua liberdade. O líder argelino foi convidado de honra de Luís Napoleão para visitar Paris em um cavalo de guerra branco e passar em revista as tropas francesas com o presidente. Embora nunca tenha obtido permissão para retornar à Argélia, os franceses lhe concederam uma pensão vitalícia e um navio a vapor para levá-lo ao lugar de exílio de sua escolha. Abd Qadir partiu para os domínios otomanos e estabeleceu-se em Damasco, onde foi recebido como um herói. Ele e sua família foram aceitos no círculo de famílias da elite de Damasco, onde ele desempenharia um papel importante na política comunitária. Mais tarde, Abd Qadir se dedicou à vida acadêmica e ao misticismo islâmico. Ele morreu em Damasco em 1883.

A vitória sobre Abd Qadir foi apenas o começo da conquista francesa da Argélia. Nas décadas seguintes, a França continuou a estender sua soberania colonial em direção ao sul. Em 1847, quase 110 mil europeus haviam se estabelecido no país. No ano seguinte, a comunidade de colonos conquistou o direito de eleger deputados para o Parlamento francês. Em 1870, com quase 250 mil colonos franceses, a Argélia foi formalmente anexada à França, e seus residentes não europeus se tornaram súditos (não cidadãos) do Estado francês. Excetuando-se a colonização sionista da Palestina, não haveria nenhum outro assentamento de colonos em todo o Oriente Médio que pudesse se comparar ao que os franceses fizeram na Argélia.

\* \* \*

COM EXCEÇÃO DA VIOLENTA guerra imperial da França na Argélia, as potências europeias respeitaram seu compromisso de preservar a integridade territorial do Império Otomano explicitada na Convenção de Londres para a Pacificação do Levante de 1840 até o Tratado de Berlim de 1878. A colonização formal do norte da África recomeçou em 1881 com a ocupação francesa da Tunísia.

Muita coisa havia mudado entre 1840 e 1881, tanto na Europa quanto no Império Otomano, à medida que uma nova e poderosa ideia criava raízes: o nacionalismo. Um produto do Iluminismo europeu do século XVIII, o nacionalismo se espalhou pela Europa a uma velocidade incerta durante o século XIX. A Grécia foi um dos primeiros Estados a se converter a ele, conquistando sua independência do Império Otomano em 1830, após uma década de guerra. Outros Estados europeus, como a Alemanha e a Itália, foram tomando forma ao longo de décadas, como resultado de movimentos de unificação de inspiração nacionalista, mas só emergiram na comunidade de nações em sua forma moderna no início da década de 1870. O Império Austro-Húngaro começou a enfrentar desafios nacionalistas cada vez maiores internamente, e foi apenas uma questão de tempo até que os territórios do Império Otomano na Europa Oriental seguissem o exemplo.

As nações balcânicas — Romênia, Sérvia, Bósnia, Herzegovina, Montenegro, Bulgária, Macedônia — começaram a buscar sua independência na década de 1830. As potências europeias passaram a dar apoio cada vez maior aos cristãos otomanos que buscavam se libertar do “jugo” turco. Políticos na Grã-Bretanha e na França apresentaram propostas em apoio aos movimentos nacionalistas nos Bálcãs. O governo russo deu total respaldo aos cristãos ortodoxos e eslavos na região. O Império Austro-Húngaro esperava se beneficiar dos movimentos secessionistas na Bósnia, Herzegovina e Montenegro para aumentar seu território à custa dos otomanos (e, nesse processo, acabou por deixar entrar em suas fronteiras os próprios movimentos nacionalistas que em 1914 levariam à sua queda e desencadeariam uma guerra mundial).

Esse apoio externo encorajou os nacionalistas balcânicos na luta contra o Estado otomano. Uma grande revolta irrompeu na Bósnia-Herzegovina em 1875. No ano seguinte, os nacionalistas búlgaros lançaram uma rebelião contra os otomanos. O conflito búlgaro devastou o campo, com aldeias cristãs e muçulmanas sendo atingidas pela violência entre combatentes nacionalistas e soldados otomanos. Os jornais europeus, negligenciando o fato de que os muçulmanos haviam sido as maiores vítimas, descreveram o massacre dos cristãos como “os horrores búlgaros”. Em julho de 1876, com os otomanos imobilizados por conflitos na Bósnia-Herzegovina e na Bulgária, o príncipe Milan da Sérvia declarou guerra ao governo em Istambul, e a Rússia fez o mesmo em apoio aos povos eslavos dos Bálcãs.

Em circunstâncias normais, a Grã-Bretanha teria intervindo nesse ponto. O primeiro-ministro conservador Benjamin Disraeli havia muito defendia o apoio ao Império Otomano como um amortecedor contra as ambições russas na Europa continental. No entanto, ele tinha as mãos amarradas pela opinião pública. A violência — e a cobertura da imprensa sobre as atrocidades — desacreditou sua política turcófila e o deixou vulnerável às farpas de seu oponente liberal, William Gladstone. Em 1876, Gladstone publicou um influente panfleto intitulado *The Bulgarian Horrors and the Question of the East*. Seu eloquente discurso condenava os turcos como “o maior espécime anti-humano da humanidade” e defendia a ex-

pulsão dos otomanos de suas províncias europeias. “Que os turcos levem embora os seus abusos da única maneira possível, isto é, indo embora eles próprios”, escreveu. Gladstone estava mais sintonizado com a opinião pública que Disraeli, e o governo britânico foi forçado a abandonar seu apoio à integridade territorial otomana.

Uma vez que o princípio da soberania turca sobre suas províncias foi violado, as potências europeias começaram a considerar o desmembramento do Império Otomano. Os esforços de reforma empreendidos pelo governo em Istambul não haviam criado um Estado viável ou estável, argumentavam seus críticos europeus. Eles apontavam para a bancarrota otomana de 1875 como evidência adicional de que a Turquia era o “doente da Europa”. O melhor era acordar uma redistribuição das terras sob domínio turco entre as potências europeias. A Alemanha propôs uma repartição do Império Otomano dividindo os Bálcãs entre a Áustria e a Rússia, dando a Síria à França e oferecendo o Egito e as principais ilhas do Mediterrâneo à Grã-Bretanha. Horrorizados, os britânicos se apressaram a propor uma conferência internacional em Istambul, em novembro de 1876, para resolver a crise nos Bálcãs e o conflito russo-turco.

A diplomacia ganhava tempo, mas as potências beligerantes estavam mais inclinadas à guerra, e a situação instável oferecia amplas oportunidades. Em abril de 1877, a Rússia voltou a declarar guerra ao Império Otomano, invadindo ao mesmo tempo territórios a leste e a oeste. Movendo-se rapidamente pela Anatólia Oriental e através dos Bálcãs, os russos infligiram pesadas baixas aos defensores. No início de 1878, as defesas otomanas desmoronaram enquanto as forças russas varriam a Bulgária e a Trácia e pressionavam a própria Istambul, forçando uma rendição incondicional do Império Otomano para impedir a ocupação de sua capital.

Tendo sofrido uma derrota total para a Rússia, os otomanos tiveram pouca influência sobre os termos que lhes foram impostos pelo Congresso de Berlim de 1878. O imperativo de longa data de preservar a integridade territorial do Império Otomano foi abandonado quando as potências europeias embarcaram na primeira divisão de seu território. No curso da conferência de paz de Berlim, a Bulgária recebeu autonomia dentro do Império



Otomano, enquanto a Bósnia e a Herzegovina, embora nominalmente continuassem sendo território otomano, passaram à ocupação austríaca. Romênia, Sérvia e Montenegro obtiveram total independência. A Rússia ganhou extensos territórios na Anatólia Oriental. Com essas medidas, o Império Otomano foi obrigado a entregar dois quintos de seu território e um quinto de sua população (metade dela muçulmana).<sup>11</sup>

Incapazes de evitar o desmembramento, os britânicos trataram de assegurar seus interesses estratégicos nos domínios otomanos antes mesmo do Congresso de Berlim. Como potência marítima, a Grã-Bretanha havia muito procurava uma base naval no Mediterrâneo Oriental, de onde pudesse supervisionar a navegação no canal de Suez e assegurar seu fluxo tranquilo. A ilha de Chipre servia bem a esse propósito. Naquele momento, o apossado sultão otomano Abdul Hamid II (g. 1876-1909) precisava mais de um aliado do que da própria ilha, e assim concluiu, às vésperas do Congresso de Berlim, um tratado de aliança defensiva com a Grã-Bretanha em troca de Chipre.

Foi a reivindicação britânica de Chipre que ampliou a repartição dos domínios otomanos dos Bálcãs para o norte da África. A Alemanha consentiu na aquisição de Chipre pela Grã-Bretanha, embora tanto britânicos quanto alemães reconhecessem a necessidade de compensar a França para restaurar o equilíbrio de poder no Mediterrâneo. Assim, concordaram em “oferecer” a Tunísia aos franceses para que estes pudessem consolidar seu império no norte da África e garantir suas fronteiras com a Argélia. A Alemanha, que havia anexado a província francesa da Alsácia-Lorena após a Guerra Franco-Prussiana de 1870-1, ficou muito feliz em concordar com esse presente, na esperança de promover uma reaproximação com Paris. Apenas a Itália, que tinha uma grande população de colonos e investimentos significativos na Tunísia, levantou objeções — que as outras potências menosprezaram, sugerindo que ela deveria ficar satisfeita com a Líbia (o que de fato aconteceu, em 1911).

Os franceses tiveram permissão para ocupar a Tunísia, mas não tinham motivos para justificar um ato hostil contra o complacente Estado norte-africano. Desde a sua falência em 1869, o governo tunisiano havia

cooperado plenamente com os consultores financeiros franceses para honrar suas dívidas externas. O governo francês primeiro propôs o estabelecimento de um protetorado sobre a Tunísia, em 1879, mas seu governante, Muhammad al-Sadiq Bei (g. 1859-82), recusou educadamente entregar seu país ao domínio imperial estrangeiro.

Para dificultar as coisas, a opinião pública francesa havia se voltado contra os empreendimentos coloniais. A maioria das pessoas acreditava que a conquista da Argélia tinha cobrado um preço muito alto, e havia pouco apoio para estender a presença francesa no norte da África. Sem respaldo público interno ou um pretexto do exterior, o governo francês foi refreado em seus esforços para adicionar a Tunísia ao seu império. Enquanto isso, a Itália aproveitava cada atraso francês para estender sua própria presença na Tunísia, onde a comunidade de colonos italianos superava significativamente a francesa. Foi essa rivalidade franco-italiana que enfim levou Paris à ação.

Os franceses precisaram encontrar motivos para justificar a invasão da Tunísia. Em 1880, um aventureiro francês deixou de cumprir os compromissos de uma concessão e foi expulso pelos tunisianos, apesar de todos os seus esforços para contornar a situação. O cônsul francês protestou e apresentou um ultimato ao bei, exigindo que o francês insolvente fosse indenizado e que os funcionários tunisianos responsáveis pela sua expulsão fossem punidos. Não se tratava de um insulto comparável ao incidente do mata-moscas ocorrido na Argélia em 1827, mas foi considerado um tratamento suficientemente inadequado a um cidadão francês que justificasse a mobilização de uma força de invasão a fim de resgatar a honra nacional. O demasiado razoável soberano da Tunísia privou os franceses de um pretexto para a invasão do país ao aceitar todas as suas ultrajantes exigências. As tropas foram enviadas de volta ao quartel para aguardar uma oportunidade mais propícia.

Em março de 1881, as tropas francesas voltariam a se reunir. Dessa vez, sob o pretexto de que um grupo de autóctones havia cruzado a fronteira da Tunísia e feito uma incursão na Argélia. Embora o bei tenha se oferecido para pagar uma indenização pelos prejuízos causados e prometido punir

os membros da tribo, os franceses insistiram em agir por conta própria. Assim, um destacamento de cavalaria francês cruzou a fronteira da Tunísia e, contornando o território da tribo culpada, seguiu direto para Túnis — onde se encontrou, em abril de 1881, com uma força francesa de invasão marítima. Cercado por terra e mar, Muhammad Sadiq Bei assinou um tratado com os franceses em 12 de maio de 1881, que efetivamente cortou seus laços com o Império Otomano e cedeu sua soberania à França. A experiência de reforma e falência da Tunísia levou o país do controle informal da Europa para a completa dominação imperial.

Enquanto os franceses estavam ocupados com a integração da Tunísia a seu império norte-africano, um novo problema começava a se formar a leste, no Egito. Como vimos no capítulo anterior, as reformas e a subsequente falência do Egito haviam levado à intervenção da Europa nas finanças e na governança do país. Em vez de restaurar o equilíbrio, as medidas tomadas pelas potências europeias desestabilizaram de tal maneira a política interna do Egito que um poderoso movimento de oposição emergiu para ameaçar o governo do quediva. O que havia começado como uma ação combinada entre a Grã-Bretanha e a França para reforçar a autoridade do quediva terminou com a ocupação do Egito pela Grã-Bretanha em 1882.

\* \* \*

O NOVO QUEDIVA DO EGITO, Tawfiq Paxá (g. 1879-92), se viu imprensado entre as demandas da Europa e as de poderosos grupos de interesse dentro de sua própria sociedade. Ele subiu ao trono de vice-rei de repente, quando Grã-Bretanha e França prevaleceram sobre o sultão otomano e depuseram seu predecessor (e pai), o quediva Ismail, por obstruir o trabalho de seus controladores financeiros no Egito. Tawfiq Paxá, portanto, sabia das consequências de contrariar as potências europeias. Ao mesmo tempo, o cumprimento das exigências britânicas e francesas o expunha a crescentes críticas em seu próprio país. Os grandes proprietários de terras e as elites urbanas, afligidos pelas medidas de austeridade econômica impostas para

o pagamento das dívidas externas do Egito, falavam cada vez mais abertamente contra o desgoverno do quediva.

As elites egípcias desfrutavam de uma plataforma política na Assembleia de Representantes, o antigo Parlamento estabelecido por Ismail Paxá em 1866. Seus representantes na assembleia começaram a exigir participação na aprovação do orçamento egípcio, maior responsabilidade dos ministros perante a assembleia e a promulgação de uma Constituição liberal restringindo os poderes do quediva. Tawfiq Paxá não tinha nem o poder nem a inclinação para aceitar tais demandas e, com o apoio das potências europeias, suspendeu a assembleia em 1879. As elites fundiárias responderam apoiando um movimento de oposição que crescia dentro do exército egípcio.

O exército do Egito fora duramente atingido pelas medidas de austeridade impostas após a falência do país — sobretudo os *egípcios* no exército. Havia uma profunda divisão no exército entre a elite de língua turca no corpo de oficiais e os egípcios nativos de língua árabe. Os oficiais de língua turca, conhecidos como turco-circassianos, se vangloriavam de constituir uma casta militar descendente dos mamelucos e possuíam laços estreitos com a família do quediva e a sociedade otomana de Istambul. Desprezavam os egípcios nativos e se referiam a eles, com desdém, como soldados camponeses. Quando os controladores financeiros europeus decretaram a necessidade de se fazer uma redução substancial no tamanho do exército, os comandantes turco-circassianos protegeram a si próprios e impuseram os cortes às fileiras de egípcios nativos. Oficiais egípcios se uniram à causa de seus homens e começaram a se mobilizar contra a demissão injusta. Eles foram liderados por um dos mais altos oficiais do país, o coronel Ahmad Urabi.

Ahmad Urabi (1841-1911) foi um dos primeiros egípcios nativos a entrar no corpo de oficiais do exército. Nascido em uma aldeia no leste do delta do Nilo, Urabi deixou seus estudos na Universidade de al-Azhar em 1854 para ingressar na nova academia militar aberta por Said Paxá. Ele se via tão qualificado para o posto de oficial do exército quanto qualquer turco-circassiano de sua geração. Afirmava descender da família do profeta

Maomé tanto pela linha materna quanto paterna — em termos islâmicos, uma ilustríssima linhagem que nenhum mameluco poderia igualar, dado que, na origem, eram todos cristãos caucasianos convertidos ao islã na qualidade de escravos do exército. Um homem de ambição e talento, Urabi alcançou distinção e seu lugar nos livros de história não como soldado, mas como rebelde. De fato, a revolta que leva seu nome foi o evento que precipitou a ocupação britânica do Egito em 1882.

Em suas memórias, Urabi idealizou o exército como uma meritocracia na qual a promoção era concedida por meio de exames, “e aqueles que se destacassem sobre seus pares eram promovidos ao nível adequado”.<sup>12</sup> Ele certamente teve um bom desempenho. Em apenas seis anos, entre 1854 e 1860, foi promovido de soldado comum até se tornar, aos dezenove anos, o mais jovem coronel do Egito. Urabi era devotado a Saïd Paxá, o vice-rei que abria o corpo de oficiais aos egípcios nativos.

Em 1863, com a ascensão de Ismail Paxá, o novo vice-rei retornou ao viés tradicional que privilegiava os oficiais de língua turca no exército. Daí em diante, o clientelismo e a origem étnica suplantariam o mérito como critério de avanço na carreira militar. O ambicioso Urabi encontrou uma barreira invisível imposta pelas elites turco-circassianas. Durante todo o reinado de dezesseis anos de Ismail (g. 1863-79), não recebeu uma única promoção. A experiência o encheu de amargura contra seus superiores nas forças armadas e contra os vice-reis do Egito.

O conflito de Urabi com as elites turco-circassianas começou quase imediatamente após a chegada de Ismail ao poder. Colocado sob o comando do general circassiano Khusru Paxá, Urabi reclamou:

Ele mostrou um favoritismo cego pelos homens de sua própria raça, e, quando descobriu que eu era um puro-sangue nacional [egípcio], minha presença no regimento passou a afligi-lo. Ele trabalhou pela minha dispensa, para liberar meu posto no regimento para um dos filhos dos mamelucos.<sup>13</sup>

A oportunidade de Khusru Paxá surgiu quando Urabi foi alocado na comissão de exame responsável pelas promoções — a única instituição

que garantia que os soldados fossem promovidos por conta de seus méritos, e não por suas conexões. Khusru Paxá ordenou que Urabi falsificasse os resultados do exame para promover um circassiano e, diante da recusa deste, o denunciou ao ministro da Guerra por desobediência. O caso foi encaminhado ao próprio quediua Ismail e levou à demissão temporária de Urabi do exército e à sua transferência para o serviço civil. Perdoado pelo quediua em 1867, Urabi só retornou ao serviço militar completo em seu antigo posto de coronel na primavera de 1870. Mesmo assim, ainda nutria ressentimentos profundos contra seus superiores turco-circassianos pela injustiça que o haviam feito sofrer.

A década de 1870 foi um período de frustração para o exército egípcio. Urabi participou da desastrosa campanha da Abissínia, por meio da qual o quediua Ismail tentou estender o domínio imperial do Egito sobre os territórios modernos da Somália e da Etiópia. Em março de 1876, o rei João da Abissínia infligiu aos egípcios uma derrota decisiva, expulsando os invasores de suas terras. Ao voltar para casa, tendo sofrido pesadas baixas e um desastre militar completo, o desmoralizado exército precisou enfrentar ainda a desmobilização que se seguiu à falência do país em 1876. Uma das medidas econômicas impostas pelos controladores financeiros europeus era a redução do exército egípcio de um contingente de 15 mil homens para uma força simbólica de 7 mil; além disso, 2500 oficiais deveriam passar a receber metade do soldo. Em janeiro de 1879, Urabi recebeu ordem de transferir seu regimento de Roseta para o Cairo a fim de ser desmobilizado.

Ao chegar ao Cairo, Urabi encontrou a cidade inundada de soldados e oficiais egípcios aguardando a desmobilização. Os homens estavam de ânimos exacerbados diante do fim repentino de carreiras militares promissoras e do desemprego iminente. Um grupo de cadetes e oficiais do exército egípcio organizou uma manifestação diante do Ministério das Finanças em 18 de fevereiro de 1879, para protestar contra a demissão injusta. Quando o primeiro-ministro Nubar Paxá e o ministro britânico, Sir Charles Rivers Wilson, saíram do ministério, os oficiais enfurecidos partiram para a agressão. Urabi, que não participou do protesto, contou depois a um simpatizante britânico:

“Eles viram Nubar entrando em sua carruagem e o agrediram, puxaram-lhe o bigode e deram-lhe tapas nas orelhas”.<sup>14</sup>

O tumulto militar foi tão útil aos propósitos do quediva Ismail que Urabi e seus colegas suspeitaram que o vice-rei estivesse envolvido na organização da manifestação. Ismail desejava se livrar dos ministros estrangeiros em seu gabinete — tanto o francês quanto o britânico — e almejava ter menos restrições sobre o orçamento do Egito. Ele argumentou que a rigorosa austeridade que os controladores financeiros europeus haviam imposto estava desestabilizando a política interna do Egito e colocando em risco sua capacidade de honrar as dívidas com os detentores de bônus estrangeiros. No dia seguinte à manifestação, ele aceitou a renúncia do gabinete misto de Nubar. No entanto, os britânicos e franceses não estavam dispostos a conceder que o quediva recuperasse seus poderes, e, em junho de 1879, Ismail foi deposto.

Urabi e seus colegas oficiais egípcios ficaram aliviados com a deposição do vice-rei. No entanto, sua posição apenas se deteriorou sob o governo do sucessor de Ismail, o quediva Tawfiq. O novo ministro da Guerra, o turco-circassiano Uthman Rifqi Paxá, removeu vários oficiais egípcios nativos de seus postos e os substituiu por homens de sua raça. Em janeiro de 1881, Urabi soube que ele e alguns colegas estavam prestes a ser dispensados em uma operação que descreveu em termos de uma restauração mameluca.

Os circassianos estavam fazendo reuniões regulares com oficiais de alta e baixa patente na casa de Khusru Paxá [ex-comandante circassiano de Urabi], na presença de Uthman Rifqi Paxá, nas quais celebravam a história do Estado mameluco [...]. Eles acreditavam estar prontos para recuperar o Egito e todos os seus bens, como os mamelucos do passado haviam feito.<sup>15</sup>

Urabi e seus colegas decidiram agir. Eles elaboraram uma petição para o quediva Tawfiq informando suas queixas e demandas. Essa petição de janeiro de 1881 marcou a entrada de Urabi na política nacional, estabelecendo um perigoso precedente de intervenção militar na política que se repetiria em toda a história árabe ao longo do século xx.

Urabi e seus colegas oficiais egípcios tinham três objetivos principais: aumentar o exército, derrubando os cortes no número de tropas impostos pelos controladores financeiros; revisar os regulamentos e estabelecer a igualdade entre todos os militares, sem distinção de etnia ou religião; e nomear um oficial egípcio nativo como ministro da Guerra. Urabi parecia não se dar conta da contradição entre essas demandas, entre a igualdade e a imposição de um ministro egípcio nativo.

As exigências de Urabi eram revolucionárias para o seu tempo. Quando a petição dos oficiais foi apresentada ao primeiro-ministro, Riad Paxá os ameaçou abertamente. “Esta petição é destrutiva”, advertiu ele, “mais perigosa do que a que foi apresentada por um de seus colegas, posteriormente enviado ao Sudão”, o equivalente do Egito à Sibéria.<sup>16</sup> No entanto, os oficiais se recusaram a retirá-la e pediram que fosse entregue ao quediva.

Quando recebeu a petição de Urabi, Tawfiq Paxá convocou uma sessão de emergência no Palácio de Abdin com seus principais comandantes militares. Eles pediram a prisão de Urabi e dos dois oficiais que haviam assinado o documento sob acusação de sedição, e concordaram em convocar uma corte marcial especial para julgá-los. Urabi e seus colegas oficiais foram convocados ao Ministério da Guerra no dia seguinte, onde lhes foi pedido que entregassem suas espadas. A caminho da prisão, que ficava no próprio ministério, os egípcios passaram por duas fileiras de oficiais circassianos hostis, sendo depois insultados pelo velho inimigo de Urabi, Khusru Paxá. “Ele ficou do lado de fora da cela e nos provocou, chamando-nos de ‘camponeses’, dizendo que só servíamos para trabalhar como catadores de frutas”, lembrou Urabi com amargura.<sup>17</sup>

A prisão de Urabi e seus colegas oficiais provocou um motim no exército egípcio. Em fevereiro de 1881, duas unidades da guarda do quediva invadiram o Ministério da Guerra. O ministro e os outros circassianos fugiram do prédio. Os soldados libertaram Urabi e seus oficiais e os levaram de volta ao Palácio de Abdin, onde realizaram uma estrondosa demonstração de lealdade ao quediva Tawfiq. Os soldados permaneceram no palácio até que o impopular ministro da Guerra circassiano, Uthman Rifqi, fosse demitido, e um homem da escolha dos revoltosos nomeado



seu sucessor. O quediva também ordenou mudanças nos regulamentos militares para satisfazer as solicitações dos soldados quanto a salários e condições de serviço.

A manifestação então terminou, e as tropas voltaram para os quartéis. A calma foi restaurada, mas os acontecimentos haviam transformado a política egípcia. Urabi emergiu como um líder popular, e os militares haviam conseguido que o quediva e seu governo aceitassem suas demandas.

OS GRANDES PROPRIETÁRIOS DE TERRAS e elites urbanas da desmobilizada Assembleia de Representantes egípcia acompanharam os sucessos do exército com grande interesse, e perceberam que tinham uma chance muito maior de impor suas reformas constitucionais liberais sobre o relutante quediva em parceria com as forças armadas. Entre fevereiro e setembro de 1881, uma coalizão mista de oficiais do exército egípcio, grandes proprietários de terras, representantes da assembleia, jornalistas e eruditos religiosos se uniram no que chamaram de “Partido Nacional”. Como explicaria a um observador britânico um notável reformista islâmico, o xeque Muhammad Abduh,

estes foram meses de grande atividade política, que permeou todas as classes. A ação [de Urabi] lhe deu muita popularidade e o colocou em comunicação com os membros civis do Partido Nacional [...] e fomos nós que apresentamos a ideia de renovar a demanda por uma Constituição.<sup>18</sup>

Os membros da coalizão tinham seus próprios objetivos e queixas. O que os mantinha unidos era a crença comum de que os egípcios mereciam um tratamento digno em seu próprio país. Eles adotaram o slogan “Egito para os egípcios” e apoiaram as causas uns dos outros para melhor promover as suas próprias. Para Urabi e seus colegas oficiais, a Constituição impunha restrições ao quediva e ao seu governo, e isso os protegeria de represálias arbitrárias. Ela também destacava seu papel como defensores dos interesses do povo egípcio, e não apenas dos militares.

Para observadores europeus da época, a crescente coalizão tinha o aspecto de um movimento nacionalista, mas não era bem assim. Urabi e seus colegas reformistas aceitavam plenamente o status do Egito como província otomana autônoma. Com frequência, Urabi declarava sua lealdade ao quediwa e ao sultão otomano — e foi condecorado por Abdul Hamid II por seus serviços. Os reformistas se opunham ao poder dos ministros e cônsules europeus em relação à política e à economia do Egito, e ao domínio dos turco-circassianos sobre o exército e o gabinete de governo. Quando os manifestantes saíam às ruas para gritar “Egito para os egípcios!”, era um apelo à libertação da interferência europeia e circassiana, não à independência nacional.

Essa distinção, no entanto, não era percebida pelos europeus, que interpretaram as ações dos militares egípcios como o início de um movimento nacionalista que ameaçava seus interesses estratégicos e financeiros. A Grã-Bretanha e a França começaram a discutir as melhores maneiras de responder à ameaça de Urabi.

O quediwa acompanhava o surgimento do movimento de oposição com crescente preocupação. As potências da Europa já haviam reduzido sua soberania, impondo oficiais europeus em seu governo e assumindo o controle de metade do orçamento do Egito. Agora, seus próprios súditos procuravam cortar suas asas ainda mais, impondo uma Constituição e reconvocando a Assembleia de Representantes. Tawfiq ficou isolado. Só podia contar com o apoio das elites turco-circassianas. Em julho de 1881, ele demitiu o gabinete reformista e instalou como ministro de Guerra seu cunhado, um circassiano chamado Dawud Paxá Yegen, a quem Urabi descreveu como “um homem ignorante, tolo e sinistro”.

Os oficiais responderam organizando outra manifestação, na praça do Palácio de Abdin. Urabi notificou o quediwa na manhã de 9 de setembro de 1881, dizendo: “Traremos todos os soldados presentes no Cairo para a praça do palácio a fim de apresentar nossas demandas a Sua Majestade, o Quediva, às quatro da tarde” desse mesmo dia.<sup>19</sup> Tawfiq Paxá ficou alarmado com a perspectiva de um novo motim militar e, acompanhado de seu primeiro-ministro e chefe de gabinete americano, Stone Paxá, foi ao

quartel de Abdin e à Cidadela tentar despertar tropas leais para intervir contra Urabi — mas sem sucesso. Os militares egípcios tinham mais lealdade ao colega oficial do que ao próprio quediva.

Tawfiq foi forçado a receber Urabi no Palácio de Abdin, rodeado apenas por seus cortesãos e cônsules estrangeiros. Os oficiais apresentaram ao quediva as suas exigências: um novo gabinete, liderado pelo reformista constitucional Muhammad Serif Paxá; a reconvocação da Assembleia de Representantes; e a ampliação do efetivo do exército para 18 mil homens. Tawfiq não teve escolha senão concordar. Os militares e seus partidários civis estavam no controle.

O QUEDIVA SUCUMBIU ÀS PRESSÕES dos reformistas e reconvocou a assembleia. Em janeiro de 1882, os deputados apresentaram um projeto de Constituição para sua apreciação. A Constituição foi promulgada em fevereiro e um novo gabinete reformista foi nomeado, tendo Ahmad Urabi como ministro da Guerra. O coronel Urabi, que não fora agraciado com nenhuma promoção desde 1863, finalmente derrubara a hierarquia turco-circassiana e garantira o controle dos militares egípcios.

Não há dúvida de que os oficiais egípcios aproveitaram a oportunidade para acertar velhas contas com os mamelucos. Ex-ministro da Guerra, Uthman Rifqi Paxá foi acusado de conspirar para o assassinato de Urabi, e cinquenta de seus oficiais — todos turco-circassianos — foram considerados culpados do mesmo crime. Muitos dos detidos foram torturados, com o conhecimento de Urabi. Mais tarde, ele confidenciou: “Eu nunca fui à prisão para vê-los sendo torturados ou maltratados. Simplesmente jamais cheguei perto deles”.<sup>20</sup>

Altos funcionários em Paris e Londres ficaram cada vez mais alarmados com o crescente isolamento de Tawfiq no Cairo. Cada concessão do quediva ao movimento reformista reduzia tanto a sua autoridade quanto a influência das grandes potências sobre a economia do Egito. Os britânicos e franceses estavam preocupados que as concessões de Tawfiq Paxá acabassem provocando desordem política no país. A presença de Urabi

no governo pouco amenizava as preocupações europeias. Urabi forçou o novo primeiro-ministro, Mahmoud Sami al-Barudi, a demitir funcionários europeus nomeados para o serviço público egípcio. Essas mudanças foram rápidas demais para que as potências europeias conservadoras pudessem aceitá-las com tranquilidade. O movimento de Urabi estava começando a parecer uma revolução, e britânicos e franceses entraram em campo para sustentar o vacilante regime do quediva. Ironicamente, todas as suas ações exacerbaram o isolamento de Tawfiq e fortaleceram a posição de Urabi.

Em janeiro de 1882, os governos britânico e francês elaboraram um comunicado conjunto, conhecido como “Nota Gambetta”, numa tentativa de restaurar a autoridade do quediva. Algo melhor poderia ter vindo de dois Estados que se orgulhavam de seu domínio da diplomacia. Dando garantias de “seus esforços conjuntos” contra todas as ameaças internas ou externas à ordem no Egito, os britânicos e franceses esperavam poder “evitar os perigos aos quais o governo do quediva poderia estar exposto, e que certamente encontrariam firme oposição da Grã-Bretanha e da França”. Nada poderia ter enfraquecido mais a posição de Tawfiq Paxá do que essa ameaça pouco velada de proteger o quediva de seu próprio povo.

A desajeitada “Nota Gambetta” foi seguida pela exigência europeia de que Urabi fosse demitido do gabinete. Essa tentativa de derrubá-lo, porém, só fez reforçar sua posição em âmbito interno. Tawfiq, em comparação, ficou ainda mais isolado. Urabi o acusou de agir em nome dos interesses europeus e de trair o próprio país. O primeiro-ministro renunciou, junto com a maior parte de seu gabinete. Nessas circunstâncias, ninguém estava disposto a formar um novo governo. Urabi, porém, permaneceu no cargo, o que significava que o governo estava efetivamente sob o controle de seu ministro mais popular e poderoso. Ao tentarem obter sua demissão, as potências europeias involuntariamente puseram Urabi no controle do governo egípcio.

À medida que a situação se agravava, Grã-Bretanha e França recorreram à diplomacia das canhoneiras; em maio de 1882, enviaram uma esquadra naval conjunta ao Egito. Essa demonstração de força tornou a posição do quediva insustentável. Em 31 de maio, Tawfiq Paxá deixou o

Cairo e seguiu para o Palácio de Ras al-Tin, em Alexandria, para ficar mais perto da proteção dos navios britânicos e franceses. Na prática, o Egito estava sendo governado por dois homens: o chefe de Estado legalmente reconhecido, o quediva Tawfiq, confinado ao seu palácio em Alexandria, e o líder popular, Ahmad Urabi, à frente do governo em exercício no Cairo.

Em 11 de junho de 1882, com navios de guerra europeus cruzando a costa, as tensões entre egípcios e europeus degeneraram em violência. O que havia começado como uma briga de rua entre um cidadão britânico e um cocheiro egípcio acabaria por se transformar em um motim contra os estrangeiros que resultaria em mais de cinquenta mortes. Haveria ainda centenas de feridos e milhares de desamparados, por conta da destruição de casas e locais de trabalho. A imprensa europeia exagerou sobre os motins em Alexandria, descrevendo-os como um massacre de cristãos e europeus e pressionando a Grã-Bretanha e a França a responder com força ao colapso da ordem no Egito.

Urabi sabia que os motins antieuropeus provavelmente provocariam a intervenção de britânicos e franceses. Chegou a suspeitar que o quediva os tivesse instigado, embora não existam evidências que sustentem isso. Na sequência dos acontecimentos, o ministro da Guerra enviou 12 mil soldados para Alexandria a fim de restaurar a ordem — e reforçar a cidade contra a esperada resposta europeia. Urabi colocou o Egito num verdadeiro pé de guerra, pedindo a seus partidários entre os grandes proprietários de terra que lhe enviassem recrutas camponeses a fim de reforçar seu exército. Impostos emergenciais foram instituídos para financiar a resistência a um ataque europeu.

De fato, o comandante da frota britânica, Sir Beauchamp Seymour, emitiu uma série de ultimatos, em tom cada vez mais ameaçador, prometendo bombardear Alexandria a menos que as defesas marítimas da cidade fossem desmontadas. Destemido, o exército egípcio começou a reforçar as defesas da cidade, estendendo as muralhas à beira-mar e construindo plataformas de artilharia para enfrentar a ameaça dos navios europeus. E, uma vez que nenhum dos lados parecia disposto a recuar, o conflito armado era iminente.

A ameaça de ação militar teve uma consequência imprevista: a retirada da frota francesa depois de meses de esforços conjuntos com os britânicos. O governo francês estava obrigado pela sua Constituição a obter o consentimento do Parlamento antes de entrar em confronto com qualquer país. A França ainda estava se recuperando da terrível derrota para a Alemanha em 1870, do custo de subjugar a Argélia em 1871 e das despesas associadas à ocupação da Tunísia em 1881. O Tesouro francês fora usado além dos limites, e a Câmara não estava disposta a entrar em nenhum novo conflito estrangeiro. Em 5 de julho, o governo francês explicou sua posição aos britânicos e retirou os navios de Alexandria.

Agora os britânicos precisavam tomar uma importante decisão: ou recuavam ou seguiam em frente sozinhos. A Grã-Bretanha *não* desejava ocupar o Egito. Um Estado falido com um governante desacreditado e um exército em revolta não é uma proposta atraente para nenhum poder imperial. Além disso, sua presença no país perturbaria o equilíbrio de poder na Europa que o governo britânico havia trabalhado tanto para preservar. Ainda mais problemática era a estratégia de retirada: uma vez que as tropas britânicas tivessem entrado no território egípcio, quando estariam em condições de se retirar? Uma vez que os objetivos da Grã-Bretanha eram garantir a segurança do canal de Suez e o pagamento das dívidas do Egito aos credores britânicos, os riscos da ação militar pareciam superar os benefícios.

Recuar, no entanto, nunca foi uma possibilidade real. A Grã-Bretanha vitoriana não poderia se considerar grande — “grã” — se cedesse a oficiais rebeldes em países menos desenvolvidos. O almirante Seymour obteve a aprovação do governo e, em 11 de julho, abriu fogo nas muralhas e na cidade de Alexandria. Ao cair da noite, a cidade estava em chamas, e as forças egípcias batendo em retirada. Um destacamento de soldados britânicos ocupou Alexandria no dia 14 de julho. Foi o começo não apenas de uma guerra, mas de uma ocupação que duraria três quartos de século.

ENTRE JUNHO E SETEMBRO DE 1882, Ahmad Urabi serviu tanto como chefe de um governo insurgente como comandante das forças de defesa

do Egito contra os britânicos. Ele desfrutava de amplo apoio tanto nas cidades quanto no campo para enfrentar os invasores estrangeiros. Enquanto o quediva permanecia confinado em seu palácio em Alexandria, muitos dos príncipes, servidores e mulheres da casa real apoiavam Urabi e contribuíam com dinheiro, cereais e cavalos para o esforço de guerra.<sup>21</sup> Ele continuou desfrutando do apoio total das elites latifundiárias e dos comerciantes das cidades, bem como das hierarquias religiosas. Os soldados de Urabi fizeram todo o possível para enfrentar a guerra que se aproximava, mas o exército profissional do Egito não dispunha nem do contingente nem da confiança necessários para enfrentar os britânicos, e os voluntários camponeses careciam de disciplina e treinamento para se manter em formação sob fogo inimigo. Mesmo com o gradual aumento no número de efetivos, suas chances permaneciam pequenas.

Os britânicos ficaram surpresos com a forte resistência oferecida pelo exército irregular de Urabi. Sir Garnet Wolseley chegou a Alexandria no auge do verão, à frente de uma força de campanha de 20 mil homens. Dali, marchou suas tropas para tomar o Cairo, mas teve seu progresso impedido pelos defensores egípcios de Urabi por cinco semanas, o que forçou os britânicos a abandonarem a tentativa. Wolseley retornou a Alexandria para enviar seus homens à zona do canal de Suez, que os britânicos conseguiram tomar no início de setembro de 1882, utilizando seu extenso poderio naval. Enquanto permanecia nas imediações do canal, Wolseley recebeu reforços da Índia britânica e se preparou para marchar para oeste, em direção ao Cairo. Urabi, porém, surpreendeu-o antes da partida, infligindo pesadas baixas aos britânicos, retirando-se em seguida para evitar o combate com um inimigo em ampla superioridade numérica. As forças egípcias recuaram então até Tall al-Kabir, uma região no deserto oriental a meio caminho entre o canal e o delta, a fim proteger o Cairo da invasão. As forças de Wolseley, no entanto, atacaram antes que eles tivessem tempo de estabelecer defesas apropriadas. Os britânicos chegaram a trezentos metros das linhas egípcias antes da aurora e surpreenderam os defensores com uma carga de baioneta ao nascer do sol, em 13 de setembro de 1882. A batalha terminou uma hora depois, quando as exaustas tropas egípcias

enfim sucumbiram à superioridade das forças britânicas. O caminho para o Cairo agora estava livre.

O governo insurgente de Ahmad Urabi entrou em colapso junto com as defesas egípcias em Tall al-Kabir. Urabi foi capturado no Cairo dois dias depois. Ele e seus colegas foram julgados por traição e condenados à morte, mas tiveram suas sentenças comutadas para o exílio perpétuo na colônia britânica do Ceilão (atual Sri Lanka). O quediua Tawfiq foi restaurado ao trono, embora jamais tenha recuperado a plena soberania. Com tropas britânicas ocupando o país e conselheiros britânicos em todos os níveis de governo, o verdadeiro governante do Egito era o residente britânico, Sir Evelyn Baring (mais tarde elevado à nobreza sob o título de Lord Cromer).

URABI DEIXOU UM LEGADO MISTO. Após o colapso de seu movimento, muitos o criticaram por ter provocado a ocupação britânica do Egito. No entanto, não há como negar o amplo apoio de que ele desfrutou ao defender os direitos dos egípcios nativos. Alguns de seus partidários mais devotados eram mulheres da casa real. O advogado de Urabi, A. M. Broadley, relatou uma conversa com uma princesa que lhe disse, entusiasmada, que todas “simpatizaram secretamente com Arabi [sic] desde o início, porque sabíamos que ele procurava apenas o bem dos egípcios [...]. Vimos em Arabi um libertador, e nosso entusiasmo por ele não conhecia limites”.<sup>22</sup> A princesa Nazli, uma das netas de Muhammad Ali, explicou a atração por Urabi em termos mais universais:

Arabi foi o primeiro ministro egípcio que fez os europeus lhe obedecerem. Em seu tempo, pelo menos, os maometanos podiam andar de cabeça erguida, e os gregos e italianos não ousavam transgredir a lei [...]. Agora não há ninguém para manter a ordem. Só os egípcios são controlados pela polícia, e os europeus fazem o que bem entendem.<sup>23</sup>

Urabi passou dezoito anos no exílio antes de ser autorizado a retornar à sua terra natal, em 1901, pelo sucessor de Tawfiq, o quediua Abbas II (g.



1892-1914). Tendo recebido o perdão formal do governo egípcio, ele prometeu lealdade ao quodiva e abandonou a atividade política. Uma nova geração de jovens nacionalistas esperava obter seu apoio à luta contra a ocupação britânica, mas Urabi manteve sua promessa e não se envolveu. Já idoso, queria terminar seus dias em seu amado Egito. Ele tinha os olhos fixos no passado, não no futuro. Passou a última década de vida lendo todos os livros e relatos de jornais sobre a Revolta de Urabi, e dedicou seus anos finais a limpar seu nome de todas as acusações de irregularidades.<sup>24</sup> Escreveu uma série de ensaios autobiográficos e os distribuiu largamente a autores no Egito e no exterior.

Apesar de seus esforços, duas acusações mancharam o nome de Urabi por décadas após sua morte em 1911: a responsabilidade de ter provocado a ocupação britânica do Egito e a traição contra a dinastia de Muhammad Ali, os governantes legítimos do Egito. Só depois que uma nova geração de jovens coronéis egípcios derrubou a última linhagem de Muhammad Ali na revolução de 1952 Urabi foi reabilitado e admitido no panteão dos heróis nacionais egípcios.

\* \* \*

A OCUPAÇÃO BRITÂNICA PROVOCOU convulsões bem além das fronteiras do Egito. A consternação dos franceses se transformou em hostilidade quando eles viram os rivais britânicos estabelecerem uma presença imperial duradoura no Egito, que desde os tempos napoleônicos havia sido um importante Estado-cliente da França. Os egípcios haviam recorrido a conselheiros militares franceses, enviado suas maiores delegações educacionais a Paris e importado tecnologia industrial francesa; além disso, o canal de Suez fora estabelecido como uma empresa francesa. A França se recusava a se conformar com a perda do Egito e procurou por todos os meios acertar contas com a “pérfida Albion”. Eles se vingaram assegurando territórios estratégicos na África, tanto para restaurar sua glória imperial quanto para pressionar os interesses britânicos no exterior. O que se seguiu veio a ficar conhecido como a “disputa pela África”, quando Grã-Bretanha



1 e 2. Retratos do sultão otomano Selim I, que conquistou os territórios árabes do Império Mameluco em 1516-7, e de Khayr al-Din "Barbarossa", o corsário berbere que conquistou a costa norte da África para o domínio otomano em 1519. Essas extravagantes pinturas florentinas, compostas por volta de 1550, após a morte de ambos os retratados, provavelmente faziam parte da coleção dos Medici, apreciada pelo príncipe druso Fakhr al-Din II durante seu exílio em Florença entre 1613 e 1618. "Eles tinham retratos de todos os sultões do islã e de todos os xeques árabes", observou o cronista da corte de Fakhr al-Din, impressionado.



3. Este barbeiro damasceno do século XIX deve ter exercido sua profissão da mesma maneira que seu colega Ahmad al-Budayri "al-Hallaq" um século antes.



4. As tropas francesas de Napoleão Bonaparte infligiram uma derrota decisiva aos emires mamelucos, governantes do Egito, na Batalha das Pirâmides (21 de julho de 1798), antes de entrarem triunfantes no Cairo. Esta pintura de Louis-François Lejeune (1775-1848) foi feita em 1806 a partir de esboços realizados no campo de batalha. Lejeune capturou o conflito desigual entre a cavalaria mameluca e a disciplinada infantaria francesa, cuja "artilharia ininterrupta era ensurdecadora", nas palavras do cronista egípcio Abd al-Rahman al-Jabarti.

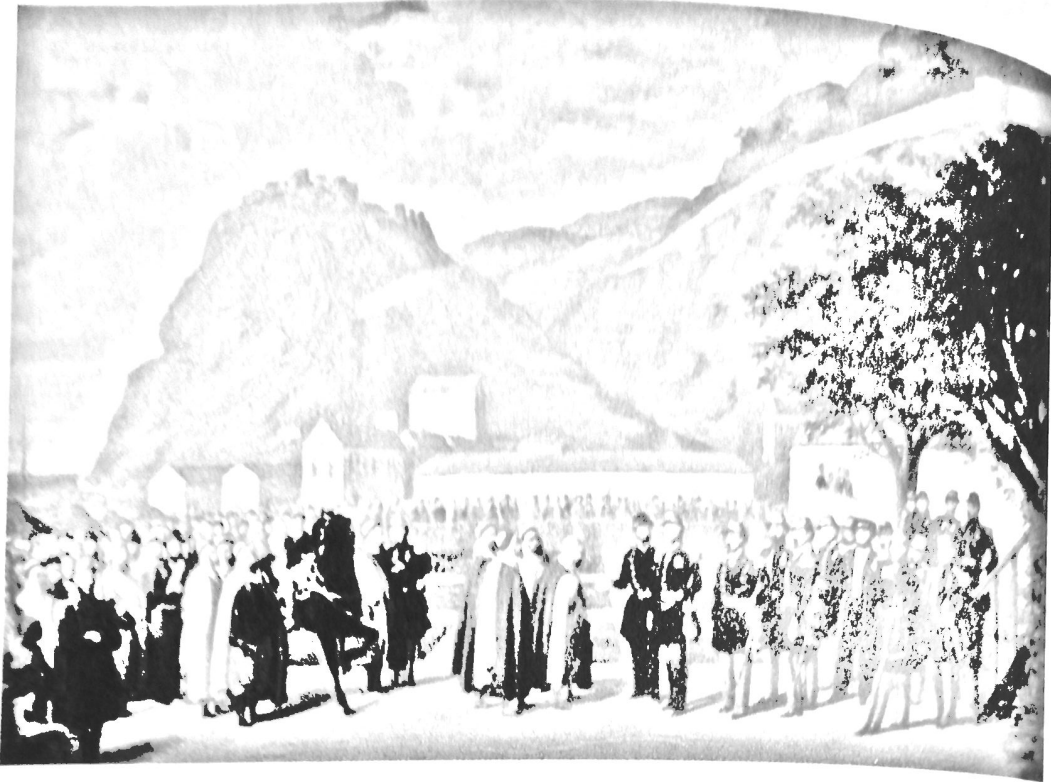


5. Nesta pintura de Georg Emanuel Opiz (1775-1841), podemos ver o idoso governante de Monte Líbano, o emir Bashir II (em pé ao centro, apoiado em uma bengala), prestando homenagem ao general egípcio Ibrahim Paxá (a cavalo) às portas de Acre, em 1831. Ibrahim, filho do governante do Egito, Muhammad Ali Paxá, sitiou a cidade durante seis meses antes de capturar a fortaleza estratégica e concluir assim a conquista da Síria.

6. O médico e cronista Mikhayil Mishaqa testemunhou o cerco egípcio de Acre em 1831-2, informando a família Shihab, de Monte Líbano, sobre a evolução dos acontecimentos. Mais tarde, Mishaqa serviu como agente consular dos Estados Unidos em Damasco, onde ele e sua família sobreviveram à violência da multidão durante os massacres de 1860. Este retrato de Bonfils foi tirado no final da vida de Mishaqa, no início da década de 1870.



7. Muhammad Ali Paxá, que possuía etnia albanesa, tendo nascido na cidade macedônica de Kavala, governou o Egito de 1805 a 1849 e estabeleceu um império que abrangia o Sudão, o Hejaz, a Grande Síria e a ilha de Creta. Ele posou para este retrato de Louis Charles Auguste Couder (1790-1873) em 1840, quando suas tropas foram expulsas da Síria por uma força anglo-otomana conjunta. Sua dinastia governaria o Egito até 1952.



8. O emir Abd al-Qadir liderou a resistência argelina ao domínio francês de 1832 até sua rendição final, em 1847, ao duque de Aumale, capturada aqui pelo artista francês Augustin Régis (1813-80). O argelino adquiriu imensa admiração na França por sua resistência determinada, sendo mais tarde recebido com honras pelo presidente francês Luís Napoleão antes de ser enviado a um exílio também honroso, em terras otomanas, durante o qual recebeu uma pensão francesa. Abd al-Qadir se estabeleceu em Damasco, onde teve um importante papel na salvação de muitos cristãos da cidade dos massacres de 1860.



9. Retrato do emir Faisal, filho do xarife de Meca, Hussein ibn Ali, e comandante do exército árabe na revolta árabe de 1916-8 contra os otomanos. Esta fotografia em autocromo de Paul Castelnau foi tirada no porto de Ácaba, no mar Vermelho, em 28 de fevereiro de 1918. Faisal tornou-se rei da Síria em 1920. Deposto pelos franceses no mesmo ano, foi coroado rei do Iraque em 1921.



10. Um grupo de soldados beduínos do exército árabe de Faisal entre os palmeirais de Ácaba, 28 de março de 1918. Esta fotografia em autocromo de Paul Castelnau captura os rostos de alguns dos homens que participaram dos ataques à ferrovia do Hejaz e às fortalezas no deserto otomano entre Meca e Damasco, celebrados pelo oficial britânico T. E. Lawrence, o famoso Lawrence da Arábia, em seu clássico *Os sete pilares da sabedoria*.

11. Retrato do primeiro governador francês no Marrocos, o marechal Louis-Hubert Lyautey, um inovador que conceberia uma forma benigna de domínio imperial que se mostraria influente na administração francesa da Síria. O governo de Lyautey foi prejudicado pela Guerra do Rife, liderada por Muhammad ibn Abd al-Karim al-Khattabi, ou apenas Abd al-Krim (1921-6), como era mais conhecido. Esta fotografia em autocromo foi tirada em 1927 por Georges Chevalier, dois anos depois de Lyautey ter deixado o Marrocos.

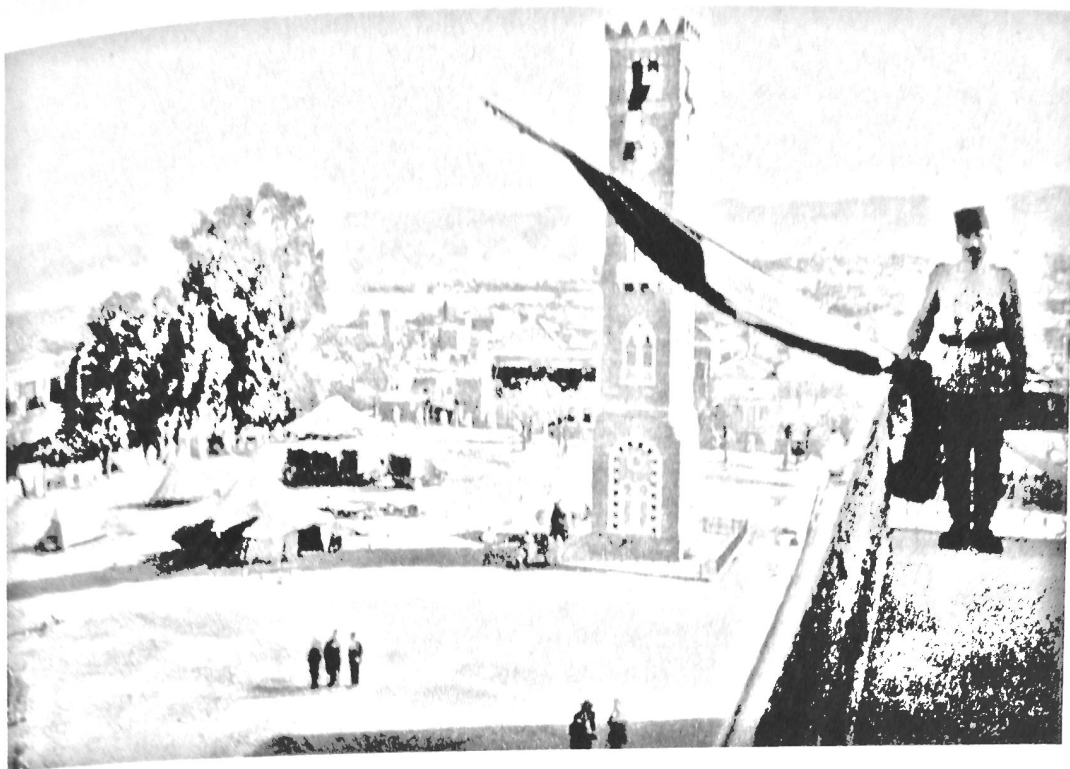




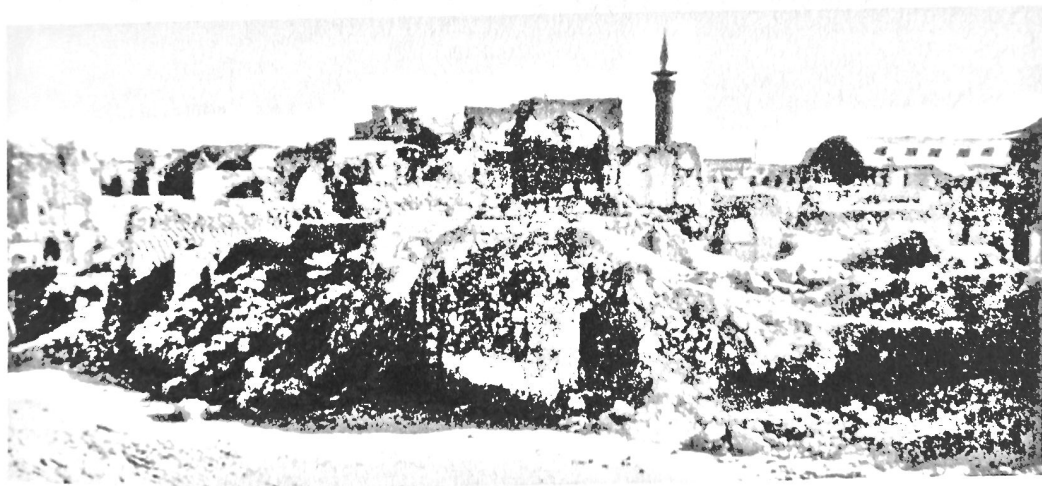
12. Em 1925, imagens instigantes de Abd al-Krim lutando contra os franceses no Marrocos capturaram a imaginação de nacionalistas em todo o mundo árabe. De seu reduto nas montanhas no norte do Rife, Abd al-Krim conseguiu levar seu exército berbere irregular à vitória primeiro sobre os espanhóis, e depois sobre os franceses, antes que os europeus unissem forças para cercar e derrotar os rifenhos em 1926. Nesta litografia, os franceses, com suas modernas aeronaves e divisões de artilharia, são obrigados a uma retirada total por combatentes marroquinos montados a cavalo, liderados por Abd al-Krim, sob uma bandeira islâmica em que se lê: “Não há outro deus senão Alá, e Maomé é seu profeta”.



13. Retrato em autocromo do primeiro alto-comissário francês da Síria, o general Henri Gouraud, feito por Auguste Léon em Beirute, em 3 de outubro de 1919. Gouraud fora ajudante de Lyautey no Marrocos e tentara aplicar na Síria muitas das medidas de Lyautey a fim de facilitar o domínio francês, mas seus esforços não tiveram sucesso. Sua estratégia de dividir para conquistar acabaria provocando uma rebelião em toda a Síria, que se estendeu de 1925 a 1927, quando foi finalmente suprimida.



14. Beirute, sob o domínio francês, 22 de novembro de 1919. A bandeira tricolor francesa adornava a torre do relógio, de estilo otomano, e as varandas do principal centro administrativo. Abaixo, no campo de paradas, é possível ver o acampamento de tropas. Embora alguns libaneses tivessem buscado ativamente um mandato francês no Líbano durante a Conferência de Paz de Paris em 1919, eles esperavam que a França desempenhasse um papel mais desinteressado no país, ajudando-o a organizar as instituições necessárias para que se tornasse um Estado independente.



15. Damasco devastada pelo bombardeio francês em 1925. Em outubro de 1925, a cidade se levantou contra o domínio colonial francês. Os insurgentes invadiram o Palácio de Azm, construído no século XVIII, numa tentativa de capturar o alto-comissário francês, Maurice Sarrail. Embora os administradores franceses já tivessem evacuado o palácio, o exército descarregou todo o seu fogo de artilharia sobre os bairros em torno do palácio por mais de 48 horas. Como observou uma testemunha ocular, “as granadas e o fogo consumiram mais de seiscentas das mais belas residências” de Damasco. As ruínas do Palácio de Azm estão em primeiro plano.





16. Saad Zaghloul e os outros delegados do Wafd voltam do exílio em Malta. A prisão de Zaghloul em 8 de março de 1919 desencadeou protestos nacionalistas em todo o Egito. A pressão pública forçou a Grã-Bretanha a reverter suas políticas, permitindo que Zaghloul e o Wafd regressassem ao Cairo e apresentassem o caso do Egito à Conferência de Paz de Paris, mas em vão: as grandes potências já haviam reconhecido o protetorado britânico sobre o país. Zaghloul aparece sentado no centro da imagem, segurando uma bengala. À sua direita está Ismail Sidqi, o vilão da “era liberal” do Egito. O registro foi feito antes da queda política de ambos.



17. As mulheres começaram a participar da política nacional egípcia em 1919 — e estamparam manchetes no mundo todo. Este semanário francês alardeava a “manifestação feminista no Egito”, retratando um grupo de mulheres quase inteiramente cobertas por véus, cercadas por uma falange de homens, sob a vigilância de um grupo de policiais britânicos montados a cavalo. Huda Shaarawi, cujo marido Ali fora exilado com Zaghloul e os outros membros do Wafd, foi uma das líderes do movimento.

e França, seguidas de perto por Portugal, Alemanha e Itália, tingiram o mapa africano com suas cores imperiais.

Entre 1882 e 1904, as rivalidades coloniais levaram a um profundo antagonismo entre Grã-Bretanha e França. O apogeu dessa competição se deu em 1898, quando as duas potências imperiais quase entraram em guerra por conta de reivindicações sobre um trecho isolado do Sudão junto ao rio Nilo. Nenhum lado podia permitir que o antagonismo degradingolasse e ameaçasse um conflito aberto. A única solução era restaurar o equilíbrio imperial de poder no Mediterrâneo, concedendo território à França para compensar a posição da Grã-Bretanha no Egito. Dada a manutenção de poder da França na Tunísia e na Argélia, a solução óbvia estava no Marrocos.<sup>25</sup>

O problema é que a França não era a única potência europeia com interesses no Marrocos. Os espanhóis possuíam colônias na costa do Mediterrâneo, os britânicos mantinham uma importante relação comercial com a região e os alemães se mostravam cada vez mais assertivos quanto aos seus direitos. Era preciso ter em conta também que, após séculos de independência, os marroquinos não desejavam uma invasão nem davam motivos para isso. O ministro francês das Relações Exteriores, Théophile Delcassé, expôs sua estratégia em 1902, dizendo-se interessado em “distinguir a questão internacional da questão franco-marroquina, e resolver a primeira separadamente, em negociações com cada potência, para então ter plena liberdade de resolver a segunda [com o Marrocos]”.<sup>26</sup> Nos dez anos seguintes, a França negociou com cada uma das potências europeias antes de impor seu domínio sobre o Marrocos.

A potência com o menor interesse pelo país era a Itália, então Delcassé se dirigiu primeiro a Roma, fechando um acordo em 1902 que reconhecia o interesse italiano pela Líbia em troca do apoio da Itália às ambições francesas no Marrocos.

O trato com a Grã-Bretanha se mostrou bem mais difícil. Os britânicos desejavam preservar seus interesses comerciais no Marrocos e não estavam dispostos a permitir que nenhum poder marítimo desafiasse o domínio da marinha britânica sobre o estreito de Gibraltar. No entanto, tinham um interesse genuíno em resolver suas diferenças coloniais com a França. Em

abril de 1904, os dois países chegaram a um acordo — a *Entente Cordiale* — que serviu como um novo começo para suas relações diplomáticas. Segundo os termos do acordo, a França reconhecia a posição da Grã-Bretanha no Egito e não exigia a fixação de “um limite de tempo para a ocupação britânica”. A Grã-Bretanha, por sua vez, reconhecia a posição estratégica da França “como uma potência cujos domínios são coextensivos por uma longa distância com os do Marrocos”, e prometia não obstruir as ações francesas para “preservar a ordem naquele país e fornecer assistência com a finalidade de realizar todas as reformas administrativas, econômicas, financeiras e militares que pudessem ser exigidas”.<sup>27</sup>

A França agiu rápido para garantir a anuência da Espanha a uma futura ocupação francesa do Marrocos. Os franceses satisfizeram as preocupações britânicas e espanholas ao concederem a costa mediterrânea do país à esfera de influência da Espanha. Isso forneceu a base para um acordo franco-espanhol sobre o Marrocos, concluído em outubro de 1904.

Os franceses haviam quase resolvido a “questão internacional”, abrindo caminho para a colonização do país africano. Todas as potências europeias haviam dado seu consentimento, exceto a Alemanha. Delcassé esperava partir para o Marrocos sem envolver os alemães. Afinal, o Império Alemão nunca se estendera até o Mediterrâneo. Além disso, ele sabia que a Alemanha exigiria o reconhecimento francês de sua anexação da Alsácia-Lorena, tomada na Guerra Franco-Prussiana de 1870-1, em troca do reconhecimento alemão das ambições da França no Marrocos, e isso era mais do que estava disposta a dar. No entanto, o governo do Kaiser Guilherme II se recusou a ser contornado. A Alemanha estava emergindo como uma potência imperial, com possessões na África e no Pacífico Sul, e o Marrocos se revelou um ponto de disputa entre alemães e franceses.

Os alemães começaram a afirmar seus interesses no Marrocos para obrigar a França a se sentar à mesa de negociações. Em março de 1905, o ministro alemão das Relações Exteriores, o príncipe Bernhard von Bülow, providenciou uma visita do Kaiser Guilherme II ao sultão marroquino Mulai Abd al-Aziz, em Tânger. Durante toda a sua visita, o imperador alemão mostrou grande respeito tanto pela soberania marroquina como pelos

interesses alemães nos domínios do sultão, criando assim o primeiro obstáculo para as ambições da França sobre o país. A diligência alemã forçou os franceses a negociarem com a Alemanha, e a "questão marroquina" foi reaberta com a convocação da Conferência de Algeciras em janeiro de 1906.

O suposto objetivo da conferência, da qual participaram onze países, era ajudar o sultão marroquino a estabelecer um programa de reformas para seu governo. Na verdade, porém, a França esperava aproveitar o encontro para angariar apoio europeu e forçar a Alemanha a superar a resistência do Kaiser às ambições francesas no Marrocos. Apesar dos melhores esforços alemães para voltar os participantes da conferência contra a França, três dos Estados participantes — Itália, Grã-Bretanha e Espanha — já haviam dado seu consentimento para as reivindicações francesas sobre o Marrocos, e o governo do Kaiser foi forçado a ceder. Em 1909, a Alemanha finalmente reconheceu o papel especial da França na segurança do Marrocos.

TENDO GARANTIDO O CONSENTIMENTO das outras potências europeias para colonizar o Marrocos, os franceses mudaram seu foco para as relações franco-marroquinas. Os xarifes do Marrocos governavam o país de maneira independente do Império Otomano e dos Estados da Europa em uma linha ininterrupta desde 1511. A partir de 1860, no entanto, as potências europeias passaram a interferir cada vez mais na política e na economia do antigo sultanato. O Marrocos também havia passado por uma série de reformas lideradas pelo Estado durante o reinado de Mulai Hassan (g. 1873-94), em uma tentativa agora familiar de controlar a invasão da Europa adotando ideias e tecnologia europeias. Previsivelmente, os resultados foram uma maior penetração europeia e um enfraquecimento do Tesouro nacional por meio de dispendiosos projetos militares e de infraestrutura.

O sultão reformista Mulai Hassan foi sucedido por seu filho Mulai Abd Aziz, de catorze anos de idade (g. 1894-1908), que não tinha maturidade ou experiência para conduzir o Marrocos em meio a ambições europeias rivais e preservar sua soberania e independência. A França estava agora

explorando ativamente a mal definida fronteira entre a Argélia e o Marrocos para enviar soldados ao território marroquino a pretexto de impedir incursões tribais. Ao mesmo tempo, enredava o governo do sultão em uma série de empréstimos públicos. Em 1904, o governo francês negociou um empréstimo de 62,5 milhões de francos (12,5 milhões de dólares) de bancos parisienses, ampliando a penetração econômica da França no país.

Os marroquinos se ressentiam da crescente presença francesa e começaram a atacar empreendimentos comerciais estrangeiros. Os franceses retaliaram ocupando cidades marroquinas — no caso mais notório, Casablanca foi bombardeada a partir de navios ancorados na costa e ocupada por 5 mil soldados em 1907, após um violento ataque a uma fábrica de propriedade francesa. À medida que os franceses se arraigavam mais profundamente no Marrocos, as pessoas começaram a perder a confiança em seu sultão. Em 1908, o próprio irmão do monarca, Mulai Abd al-Hafiz, lançou uma rebelião contra ele, forçando-o a abdicar e a buscar proteção francesa.

Após sua rebelião bem-sucedida, Mulai Abd Hafiz (g. 1907-12) sucedeu o irmão no trono. No entanto, não foi mais eficiente do que ele em impedir o domínio europeu. O último aliado do sultão na Europa era a Alemanha, que enviou uma canhoneira ao porto marroquino de Agadir em julho de 1911, em uma última tentativa de deter a expansão francesa no país. Mas a crise de Agadir acabou sendo resolvida às custas do Marrocos. Em troca da cessão de território no Congo francês, o governo do Kaiser enfim concordou com as ambições francesas no país norte-africano.

A ocupação francesa do Marrocos foi concluída em março de 1912, quando Mulai Abd Hafiz assinou o Tratado de Fez estabelecendo um protetorado francês sobre o Marrocos. Embora os xarifes permanecessem no trono — o atual rei, Muhammad VI, é seu descendente direto —, o controle formal sobre o país foi transferido para o Império Francês pelos 44 anos seguintes. E a França poderia finalmente perdoar a Grã-Bretanha pela ocupação do Egito.

A LÍBIA ERA O ÚLTIMO TERRITÓRIO no norte da África ainda sob o domínio otomano direto, e, na época em que a França havia assegurado seu protetorado sobre o Marrocos, a Itália já estava em guerra com os turcos pela sua posse. Embora nominalmente fizessem parte do Império Otomano desde o século XVI, as duas províncias líbias de Tripolitânia e Cirenaica estiveram sob controle otomano direto apenas desde a década de 1840 — mas, ainda assim, um controle bastante leve. As duas capitais provinciais, Trípoli e Benghazi, eram cidades-guarnição nas quais a presença otomana era limitada a um punhado de funcionários e aos soldados necessários para manter a paz.

Depois da ocupação francesa da Tunísia e da ocupação britânica do Egito, no entanto, os otomanos passaram a dar um valor estratégico cada vez maior a suas províncias líbias. Após a Revolução dos Jovens Turcos de 1908, que levou um novo grupo de nacionalistas ao poder no Império Otomano, o governo de Istambul começou a tomar medidas ativas para limitar a intromissão italiana na Líbia, impedindo os italianos de comprar terras ou instalarem fábricas em Trípoli e Cirenaica. Os otomanos procuraram por todos os meios evitar a perda de seu último domínio no norte da África para a ambição imperial europeia.

Durante décadas, as grandes potências europeias vinham prometendo a Líbia à Itália — os britânicos em 1878, os alemães em 1888 e os franceses em 1902. Estava claro que os demais Estados europeus esperavam que os italianos encontrassem meios pacíficos de acrescentar o país às suas possessões. Em vez disso, eles decidiram entrar na Líbia atirando. Em 29 de setembro de 1911, declararam guerra aos otomanos sob o pretexto de supostos abusos a súditos italianos nas províncias líbias. Os otomanos na Líbia armaram uma dura resistência aos invasores, de modo que os italianos decidiram levar sua guerra ao coração das terras otomanas. Navios sob a bandeira da Itália bombardearam Beirute em fevereiro de 1912, atacaram posições otomanas no estreito de Dardanelos em abril e ocuparam Rodes e as outras ilhas do Dodecaneso entre abril e maio de 1912, causando estragos no equilíbrio estratégico do Mediterrâneo Oriental.

As demais potências europeias entraram em ação diplomática para conter os danos, temendo que os italianos pudessem desencadear uma guerra na instável região dos Bálcãs (na verdade, eles já vinham incitando o movimento nacionalista albanês contra os otomanos). A Itália estava mais do que disposta a permitir que o sistema diplomático europeu resolvesse a questão. Suas tropas haviam sido contidas pela intensa resistência das pequenas guarnições turcas e da população local na Líbia e não haviam conseguido estender seu controle do litoral para as regiões do interior.

A paz foi restaurada ao preço do último território norte-africano dos otomanos. Os Estados europeus serviram como mediadores entre Roma e Istambul, e um tratado de paz formal foi concluído em outubro de 1912, concedendo a Líbia ao domínio imperial italiano. No entanto, mesmo após a retirada das tropas otomanas, os italianos enfrentaram uma persistente resistência dos líbios, que continuaram sua luta contra o domínio estrangeiro até a década de 1930.

\* \* \*

NO FINAL DE 1912, toda a costa norte-africana, desde o estreito de Gibraltar até o canal de Suez, estava sob domínio colonial europeu. Dois Estados — Argélia e Líbia — encontravam-se sob governo colonial direto. Tunísia, Egito e Marrocos eram protetorados governados pela França e pela Grã-Bretanha por meio de suas próprias dinastias locais. Governos europeus vieram substituir os governos otomanos, com consequências significativas para as sociedades do norte da África. Grande parte da história imperial é escrita sob a perspectiva da alta política e da diplomacia internacional. No entanto, para o povo do norte da África, o imperialismo trouxe mudanças de vida muito marcantes. As experiências de uma pessoa podem lançar luz sobre o que essas mudanças significaram para a sociedade como um todo.

O intelectual Ahmad Amin (1886-1954) nasceu no Cairo quatro anos depois do início da ocupação britânica do Egito e morreu dois anos antes que eles se retirassem. O Egito colonial foi tudo que ele conheceu. Durante seus estudos na Universidade de al-Azhar e seu início de carreira como

professor, Ahmad Amin teve contato com muitas das principais figuras intelectuais de sua época. Ele conheceu alguns dos reformistas islâmicos mais influentes de seu tempo e testemunhou o surgimento de movimentos nacionalistas e partidos políticos. Viu as mulheres do Egito emergirem da reclusão de véus e haréns para entrar na vida pública. E refletiu sobre essas tumultuosas mudanças em sua autobiografia, escrita ao final de uma vida bem-sucedida como professor universitário e figura literária.<sup>28</sup>

O jovem Ahmad cresceu em um mundo em rápida transformação. A distância geracional que o separava do pai, um erudito islâmico, era impressionante. Seu pai, que se dividira entre a vida acadêmica na Universidade de al-Azhar e as exigências de conduzir orações na mesquita de Imam al-Shafi, vivera em uma era de certezas islâmicas. Já a geração de Ahmad havia sido moldada por novas ideias e inovações, como os jornais, tendo os jornalistas desempenhado um importante papel na formação da opinião pública.

Ahmad Amin começou a ler jornais em seus tempos de jovem professor de escola, quando frequentava um café que os disponibilizava para sua clientela. Como explicou Amin, cada jornal era conhecido pela sua orientação política. Ele costumava escolher um jornal conservador, de orientação islâmica, de acordo com os seus valores pessoais, embora estivesse familiarizado com os outros periódicos de sua época, tanto os nacionalistas como os pró-imperialistas.

INTRODUZIDAS NO EGITO NA DÉCADA DE 1820, as prensas foram um dos primeiros bens industriais importados para o Oriente Médio. Muhammad Ali enviou uma de suas primeiras missões técnicas a Milão, na Itália, para adquirir o conhecimento e a tecnologia desses aparelhos. Logo depois, o governo egípcio começou a publicar um diário oficial, que foi o primeiro periódico publicado em árabe. Seu principal objetivo era “melhorar o desempenho dos honoráveis governadores e outros ilustres oficiais encarregados dos assuntos e interesses [públicos]”.<sup>29</sup> Entre 1842 e 1850, Riffa Tahtawi, autor do célebre estudo de Paris, trabalhou como editor desse jornal oficial, cujo título em árabe pode ser traduzido como *Eventos Egípcios*.



Passaram-se décadas até que os empreendedores particulares comesçassem a publicar jornais, embora muitos deles fossem controlados indiretamente pelo governo. As tiragens eram pequenas demais para que eles fossem viáveis sem apoio público. O *al-Jawa'ib*, um dos primeiros jornais árabes, começou a ser publicado em Istambul, em 1861, sob a iniciativa privada, até se deparar com dificuldades financeiras alguns meses depois. O sultão Abdul Aziz decidiu tomar o novo jornal sob a sua proteção. "Foi decretado", o editor informou seus leitores, "que as despesas do *al-Jawa'ib* de agora em diante serão cobertas pelo Ministério das Finanças [otomano], e que ele será impresso na imprensa imperial. Em tais circunstâncias, devemos comprometer nossa lealdade com o nosso senhor, o grande sultão."<sup>30</sup> Apesar dessas restrições à liberdade de imprensa, o *al-Jawa'ib* foi notavelmente influente, atingindo uma audiência de leitores árabes do Marrocos ao oceano Índico, passando pela África Oriental. Outros jornais logo surgiram.

Beirute e o Cairo surgiram como os dois principais centros de atividade jornalística e editorial no mundo árabe, e assim permanecem até hoje. O Líbano, em meados do século XIX, vivia um grande renascimento literário, conhecido em árabe como *nahda*. Intelectuais muçulmanos e cristãos, encorajados pelo poder da imprensa (muitas vezes sob o controle de missionários), estavam ativamente engajados em escrever dicionários e enciclopédias e publicar edições dos grandes clássicos da literatura e do pensamento árabe.

O *nahda* foi um momento emocionante de redescoberta intelectual e definição cultural, à medida que os árabes do Império Otomano começaram a se relacionar com as glórias de seu passado pré-otomano. O movimento abraçou todos os povos de língua árabe, sem distinção de seita ou região, e plantou a semente de uma ideia que se mostraria extremamente influente na política árabe: a de que os árabes eram uma nação, definida por uma língua, uma cultura e uma história comuns. No rescaldo dos violentos conflitos de 1860 em Monte Líbano e Damasco, essa nova visão positiva foi particularmente importante para a cura de profundas divisões entre o povo. Os jornais desempenharam um papel fundamental na difu-

são dessas ideias. Uma das principais figuras do *nahda*, Butrus al-Bustani, declarou em 1859 que os jornais estavam “entre os veículos mais importantes para educar o público”.<sup>31</sup> No final da década de 1870, Beirute ostentava nada menos que 25 jornais e revistas periódicas de atualidades.

No final da década de 1870, porém, o governo otomano começou a exercer novos controles sobre a imprensa, que se transformaram em censura evidente durante o reinado do sultão Abdul Hamid II (1876-1909). Muitos jornalistas e intelectuais se mudaram da Síria e do Líbano para o Egito, onde o quediwa impunha bem menos restrições à imprensa. Essa migração marcou o início da imprensa independente no Cairo e em Alexandria. No último quartel do século XIX, mais de 160 jornais e periódicos em língua árabe tinham sede no Egito.<sup>32</sup> Um dos mais famosos jornais do mundo árabe de hoje, o *Al-Ahram* (literalmente, “As Pirâmides”) foi fundado por dois irmãos, Salim e Bishara Taqla, que se mudaram de Beirute para Alexandria no início da década de 1870. Ao contrário de muitos periódicos da época, que traziam em suas páginas ensaios sobre temas culturais e científicos, o *Al-Ahram* foi, desde a sua primeira edição, em 5 de agosto de 1876, um verdadeiro jornal de notícias. Os Taqla se aproveitaram da agência de telégrafo de Alexandria para assinar o serviço de notícias da Reuters. Enquanto a imprensa de Beirute, que não tinha acesso ao telégrafo e ainda dependia do correio, publicava reportagens estrangeiras meses após o ocorrido, o *Al-Ahram* fornecia notícias nacionais e internacionais em poucos dias, até mesmo horas, após o evento.

À medida que a imprensa egípcia se tornava mais influente, os quediwas procuravam aumentar o controle sobre a mídia florescente. O governo egípcio fechou jornais cujas visões políticas foram consideradas “excessivas”. Após a falência do Egito em 1876 e a consequente intromissão europeia nos assuntos políticos do país, os jornalistas participaram ativamente da coalizão de reformistas que apoiaram o coronel Ahmad Urabi. O governo respondeu impondo uma severa lei de imprensa em 1881, estabelecendo um perigoso precedente de restrições à liberdade de imprensa.

As restrições à imprensa foram atenuadas sob a ocupação britânica, e, em meados da década de 1890, Lord Cromer não mais invocava a lei de

1881. Ele continuou fornecendo subsídios aos jornais mais simpáticos à Grã-Bretanha — o periódico egípcio de língua inglesa *Egyptian Gazette* e o árabe *al-Muqattam* —, mas não tomou medidas contra publicações que criticavam abertamente sua administração. Cromer compreendeu que os jornais circulavam entre um círculo muito pequeno da elite letrada e que uma imprensa livre era uma válvula de escape útil para ajudar a dissipar a pressão do emergente movimento nacionalista.

Este foi o universo jornalístico que Ahmad Amin encontrou no início dos anos 1900: um conjunto de meios de comunicação árabes surgidos graças à tecnologia europeia para expressar a mais ampla gama de visões, do pietismo ao nacionalismo e ao anti-imperialismo.

O NACIONALISMO EXPRESSO NOS JORNAIS da época de Ahmad Amin era um fenômeno relativamente novo. A ideia de “nação” como unidade política — uma comunidade baseada em um território específico e com aspirações de autogovernança — era uma consequência do pensamento iluminista europeu que havia se enraizado no Oriente Médio, como em outras partes do mundo, no decorrer do século XIX. No início do século, muitos no mundo árabe tinham visto o nacionalismo com maus olhos, associando-o às comunidades cristãs nos Bálcãs que buscavam independência do Império Otomano, geralmente com apoio europeu. Soldados egípcios e norte-africanos haviam respondido ao chamado do sultão e lutado em guerras contra os movimentos nacionalistas balcânicos da década de 1820 até os anos 1870.

No entanto, uma vez que o norte da África fora retirado da esfera otomana, com o advento do domínio colonial europeu, o nacionalismo surgiu como alternativa à dominação estrangeira. De fato, o imperialismo forneceu dois ingredientes importantes para a emergência do nacionalismo na região: fronteiras que definiam o território nacional a ser libertado e um inimigo comum contra o qual unificar a população.

Mera resistência à ocupação estrangeira não caracteriza nacionalismo — por falta de um fundamento ideológico claro, nem a guerra de Abd

Qadir na Argélia nem a revolta de Urabi no Egito podem ser consideradas movimentos nacionalistas. Sem uma ideologia nacionalista de fundo, uma vez que os exércitos foram derrotados e os líderes exilados, não havia um movimento político constituído para sustentar a busca pela independência do domínio estrangeiro.

Foi só depois que os europeus ocuparam o norte da África que o processo de autodefinição nacional começou de fato na região. O que significava ser "egípcio", "líbio", "tunisiano", "argelino" ou "marroquino"? Esses rótulos nacionais não correspondiam a nenhuma identidade significativa para a maioria das pessoas no mundo árabe. Se lhes fosse perguntado quem eram ou de onde vinham, as pessoas reivindicavam uma identidade muito local — uma cidade ("sou alexandrino"), uma tribo, no máximo uma região ("venho das montanhas da Cabília") —, ou então se viam como parte de uma coletividade muito maior, como a *umma* muçulmana, ou "comunidade".

Apenas o Egito testemunhou uma agitação nacionalista significativa nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial. Clérigos muçulmanos reformistas, lutando contra o paradoxo de se verem sob o domínio cristão europeu, começaram a elaborar uma resposta islâmica ao imperialismo. Ao mesmo tempo, um grupo diferente de reformistas, influenciados pelos modernistas islâmicos, estabeleceu uma agenda nacionalista laica. Tanto os modernistas islâmicos quanto os nacionalistas laicos influenciaram o pensamento árabe e inspiraram movimentos nacionalistas posteriores em todo o mundo muçulmano.

DOIS HOMENS MOLDARAM O DEBATE sobre o islã e a modernidade no final do século XIX: Sayyid Jamal al-Din al-Afghani (1839-97) e o xeque Muhammad Abduh (1849-1905). Eles eram parceiros em uma agenda de reforma islâmica que moldaria o islamismo e o nacionalismo até o século XX.

Afghani foi um pensador inquieto que viajou muito pelo mundo islâmico e pela Europa, inspirando seguidores e preocupando governantes aonde quer que fosse. Ele passou oito anos no Egito, de 1871 a 1879, período

em que lecionou na influente Universidade de al-Azhar. Afghani era um erudito religioso por formação, mas um agitador político por vocação. A magnitude da ameaça que a Europa representava para o mundo islâmico e a incapacidade dos chefes dos países muçulmanos de lidar com a ameaça o haviam impressionado durante uma de suas viagens pela Índia, o Afeganistão e Istambul. O foco da filosofia política de Afghani não era como fazer com que os países muçulmanos se tornassem politicamente fortes e bem-sucedidos, como era o caso dos reformistas do Tanzimat no Egito, na Tunísia e no Império Otomano. Em vez disso, ele argumentava que, se os muçulmanos modernos vivessem de acordo com os princípios de sua religião, seus países recuperariam a antiga força e venceriam as ameaças externas da Europa.<sup>33</sup>

Embora estivesse convencido de que o islã era plenamente compatível com o mundo moderno, Afghani acreditava que os muçulmanos precisavam atualizar sua religião para enfrentar as questões contemporâneas. Como todos os muçulmanos praticantes, ele acreditava que a mensagem do Alcorão era eterna e válida para todos os tempos. O que se tornara obsoleto era a interpretação do Alcorão, uma ciência deliberadamente cerceada pelos estudiosos islâmicos no século XI para impedir a dissensão e o cisma. Os estudiosos islâmicos do século XIX aprendiam teologia pelos mesmos livros usados pelos estudiosos do século XII. Claramente, era preciso fazer uma nova interpretação do Alcorão, para atualizar as restrições islâmicas e enfrentar os desafios do século XIX — desafios que os teólogos medievais nunca poderiam ter previsto. Afghani esperava restringir os governantes muçulmanos com Constituições baseadas em princípios islâmicos atualizados que imporiam limites claros a seus poderes, e estimular a unidade pan-islâmica de ação entre a comunidade global de muçulmanos. Essas novas ideias radicais inflamaram uma talentosa geração de jovens acadêmicos da Universidade de al-Azhar, incluindo os nacionalistas Ahmad Lutfi al-Sayyid e Saad Zaghloul e o grande modernista islâmico, xeque Muhammad Abduh.

Nascido em um vilarejo do delta do Nilo, Abduh foi um dos maiores pensadores de sua época. Estudioso do islamismo, jornalista e juiz, encer-

rou sua carreira como o grande mufti do Egito, o mais alto funcionário religioso do país. Abduh escreveu para o célebre *Al-Ahram* e, como Tahtawi, atuou como editor do diário oficial do governo egípcio. Ele foi um dos apoiadores de Ahmad Urabi em 1882 e, em consequência disso, exilado pelos britânicos em Beirute.

Durante o exílio, Abduh viajou para a Europa Ocidental e se encontrou com Afghani em Paris, onde eles lançaram um jornal reformista que pedia uma resposta islâmica ao imperialismo ocidental. Abduh se baseou em princípios afegãos para enunciar um curso de ação mais rigoroso após seu retorno ao Egito no final da década de 1880.

De maneira paradoxal, seu apelo por um islã mais progressista tomou como modelo a primeira comunidade de muçulmanos, a do profeta Maomé e seus seguidores, conhecida em árabe como *salaf*, ou antepassados. Abduh foi, portanto, um dos fundadores de uma nova linha de pensamento reformista que passou a ser chamada de salafismo, um termo agora associado a Osama bin Laden e à ala mais radical do ativismo antiocidental muçulmano. Não era assim no tempo de Abduh. Ao invocar os antepassados do islã, ele buscava retornar à era de ouro islâmica, quando os muçulmanos observavam “corretamente” a religião e, como consequência disso, se elevaram à condição de potência mundial dominante. Esse período de domínio muçulmano em todo o Mediterrâneo, e depois no sul da Ásia, se estendeu pelos primeiros quatro séculos do islã. Depois disso, Abduh argumentava, o pensamento islâmico se enrigecera. O misticismo se espalhou, o racionalismo diminuiu e a comunidade caiu em uma observação cega da lei. Apenas retirando esses elementos a *umma* poderia retornar às práticas puras e racionais dos antepassados e recuperar o dinamismo que uma vez fizera do islã a civilização mundial dominante.

Como estudante da Universidade de al-Azhar, Ahmad Amin precisou superar a timidez para assistir às conferências ministradas pelo grande Muhammad Abduh. Suas lembranças do ensino de Abduh dão uma ideia vívida do impacto do reformador islâmico em seus alunos. “Assisti a duas aulas, ouvi sua bela voz, contemplei sua aparência venerável e compreendi, graças a ele, o que os xeques de al-Azhar não haviam conseguido me fazer

compreender." A agenda reformista de Muhammad Abduh nunca esteve apartada de seu ensino. "De tempos em tempos", lembrava Amin, Abduh "divagava para discutir as condições dos muçulmanos, seus desvios e a maneira de curá-las".<sup>34</sup>

Afghani e Muhammad Abduh fizeram do islã parte da identidade nacional, à medida que o Egito passava à era do nacionalismo. Em sua preocupação com a condição da sociedade muçulmana, Abduh e seus seguidores começaram a debater reformas sociais junto com a luta nacional.

EM SEUS DEBATES SOBRE "as condições dos muçulmanos", os seguidores de Muhammad Abduh começaram a discutir mudanças na posição das mulheres na sociedade muçulmana. Desde o seu primeiro encontro com os europeus na época da invasão napoleônica, os intelectuais egípcios foram confrontados por um modelo muito diferente de relações de gênero — e desaprovaram o que viram. O cronista egípcio Jabarti ficou chocado com o impacto que os homens de Napoleão exerceram sobre as mulheres egípcias. "Os administradores locais franceses, junto com suas mulheres muçulmanas — vestidas à maneira das francesas —, andavam pelas ruas, se interessavam pelos assuntos públicos e regulamentos vigentes", observou com desaprovação. "As mulheres ordenavam e proibiam."<sup>35</sup> Isso era nada menos do que uma inversão da ordem natural, como Jabarti a entendia, de um mundo no qual os homens ordenavam e proibiam.

Tahtawi, trinta anos depois, observando em Paris as relações entre os sexos, também se queixou dessa inversão da "ordem natural". "Os homens aqui são escravos das mulheres e seguem o seu comando", escreveu ele, "quer elas sejam bonitas ou não."<sup>36</sup> Jabarti e Tahtawi vinham de uma sociedade na qual as mulheres respeitáveis ficavam confinadas em aposentos separados da casa e transitavam anonimamente pelos locais públicos sob camadas de roupas e véus. Isso ainda acontecia no Cairo da infância de Ahmad Amin, que descreveu a mãe e as irmãs como "veladas, nunca vendo pessoas ou sendo vistas por elas, exceto por trás dos véus".<sup>37</sup>

Na década de 1890, os reformistas egípcios começavam a articular um papel diferente para as mulheres, nenhum deles com mais entusiasmo do que o advogado Qasim Amin (1863-1908), que argumentava que a fundação da luta nacional pela independência deveria começar pela melhoria da posição das mulheres na sociedade.

Qasim Amin (sem parentesco com Ahmad Amin) nasceu em um contexto privilegiado. Seu pai turco havia servido como governador otomano e atingido o posto de paxá antes de se mudar para o Egito. Qasim foi enviado para as melhores escolas particulares do Egito e depois estudou direito no Cairo e em Montpelier. Ele retornou ao Egito em 1885 e logo passou a participar dos círculos reformistas em torno de Muhammad Abduh.

Enquanto seus colegas debatiam o papel do islã e da ocupação britânica no renascimento nacional do país, Qasim Amin se concentrou no status das mulheres. Em 1899, ele escreveu seu trabalho pioneiro, *A libertação das mulheres*. Escrevendo como um reformador muçulmano para um público muçulmano, ele relacionou seus argumentos a uma agenda nacionalista laica de libertação do imperialismo.

Com o acesso negado à educação, e menos ainda a empregos, apenas 1% das mulheres no Egito sabia ler e escrever em 1900.<sup>38</sup> Como argumentou Qasim Amin, e como os autores do Relatório do Desenvolvimento Humano Árabe discutem ainda hoje, a incapacidade de empoderar as mulheres enfraquece o mundo árabe como um todo. Segundo Qasim Amin, “as mulheres compreendem pelo menos metade da população mundial. Perpetuar sua ignorância nega a um país os benefícios que poderiam ser obtidos das habilidades de metade de sua população, com óbvias consequências negativas”.<sup>39</sup> Sua crítica, escrita em árabe clássico, era mordaz:

Ao longo das gerações, nossas mulheres permaneceram subordinadas à lei dos mais fortes e foram vencidas pela poderosa tirania dos homens. Por outro lado, estes não quiseram ver nelas senão uma única utilidade: servir aos homens e permanecer sujeitas à vontade masculina! Os homens fecharam as portas da oportunidade às mulheres, impedindo-as de ganhar a vida. Assim, restava à mulher ser esposa ou prostituta.<sup>40</sup>



Qasim Amin fez uma comparação entre o progresso dos direitos das mulheres na Europa e nos Estados Unidos, e a contribuição feminina para a civilização no Ocidente, com o relativo subdesenvolvimento do Egito e do mundo muçulmano. “A posição inferior das mulheres muçulmanas é o obstáculo que mais dificulta o nosso avanço para o que nos é benéfico”, argumentou.<sup>41</sup> Ele então relacionou a posição das mulheres à luta nacional. “Para melhorar a condição da nação, é imperativo melhorarmos a condição das mulheres.”<sup>42</sup>

A libertação das mulheres provocou um intenso debate entre reformistas, conservadores, nacionalistas e intelectuais. Conservadores e nacionalistas condenaram o livro como subversivo ao tecido da sociedade, enquanto os eruditos religiosos o acusaram de subverter a ordem de Alá. Qasim Amin respondeu a seus críticos com uma sequência publicada no ano seguinte sob o título *A nova mulher*, em que abandonou a retórica religiosa e defendeu os direitos das mulheres em termos de evolução, direitos naturais e progresso.

O trabalho de Qasim Amin não corresponde às expectativas do pensamento feminista moderno. Sua discussão era entre homens, um debate sobre os benefícios que eles deveriam conferir às mulheres. Em seu apelo para melhorar a educação e a posição geral das mulheres na sociedade egípcia, Amin não chegou a exigir a plena igualdade entre os sexos. No entanto, para o seu tempo e lugar, ele impulsionou a agenda dos direitos femininos mais do que jamais havia sido feito. Os debates provocados por seu livro colocaram em marcha o processo de mudança. Vinte anos depois, a iniciativa de Qasim Amin foi abraçada pelas mulheres da elite no Egito, que entraram no movimento nacionalista e começaram a exigir seus direitos.

SOB O IMPACTO DOS GRANDES debates da época — sobre identidade nacional, reforma islâmica e questões sociais como a igualdade de gênero —, um nacionalismo egípcio diferente começou a emergir no final do século XIX. Dois homens se mostraram muito influentes na sua formação: Ahmad Lutfi Sayyid e Mustafa Kamil.

Ahmad Lutfi Sayyid (1872-1963) era filho de um rico proprietário de terras que havia frequentado uma escola secundária moderna e, em 1889, ingressara na faculdade de direito. Embora seja reconhecido como um dos discípulos de Muhammad Abduh, Lutfi Sayyid não privilegiou o islã como base da regeneração nacional. Pelo contrário, o Egito como nação era o foco de sua visão política. Nesse sentido, ele foi um dos primeiros nacionalistas do Estado-nação no mundo árabe, diferindo daqueles que conferiam sua lealdade primariamente aos árabes, aos otomanos ou aos ideais pan-islâmicos. Como membro fundador do Partido do Povo, estabelecido pelo círculo de Muhammad Abduh, e por meio dos escritos no jornal que publicava, o *al-Jarida*, ele promoveu o ideal de uma nação egípcia com direito natural ao autogoverno.

Lutfi Sayyid se opôs aos britânicos e aos quedivas como duas formas de autocracia que negavam o governo legítimo ao povo egípcio. No entanto, ele reconhecia os benefícios da boa administração e do equilíbrio financeiro que resultavam do domínio britânico. Também acreditava que, dadas as circunstâncias, não era realista esperar pela independência da Grã-Bretanha — os britânicos tinham interesses reconhecidos no Egito e a força militar para defendê-los. Em vez disso, Lutfi Sayyid argumentava que o povo egípcio deveria usar os britânicos para mudar o governo egípcio, impondo uma Constituição ao quediva e construindo as instituições necessárias para um governo autóctone — tanto o Conselho Legislativo quanto os Conselhos Provinciais.

Ahmad Amin costumava frequentar o escritório de Lutfi Sayyid no jornal *al-Jarida*, onde os nacionalistas egípcios se reuniam para debater as questões do dia. Ali, Ahmad Amin recebeu sua educação social e política, “graças às palestras de nosso professor Lutfi [Sayyid] e outros, e meu contato com um seletto grupo dos melhores intelectuais”.<sup>43</sup>

Lutfi Sayyid representava a ala moderada do movimento nacionalista no Egito, um homem disposto a trabalhar com os imperialistas para levar o Egito a um patamar que lhe permitisse conquistar a independência. Havia, no entanto, uma versão mais radical do nacionalismo egípcio, representada na figura de Mustafa Kamil (1874-1908). Membro fundador do

Partido Nacional, ele também recebera uma educação moderna em direito no Cairo e na França, assim como Lutfi Sayyid. Enquanto esteve em Paris, Kamil estabeleceu relações com vários pensadores nacionalistas franceses tão hostis ao imperialismo britânico quanto o jovem egípcio. Em meados da década de 1890, retornou à sua terra natal para agitar o fim da ocupação britânica. Em 1900, fundou um jornal, o *al-Liwa* [A Bandeira], que se converteu em uma influente voz para o nascente movimento nacionalista.

Kamil era um jovem carismático e um orador brilhante. Graças a ele, o movimento nacional obteve amplo apoio dos estudantes e das ruas. Por um tempo, ele também desfrutou do apoio clandestino do quediva Abbas Hilmi II (g. 1892-1914), que esperava explorar o movimento nacionalista para pressionar os britânicos. No entanto, o jovem Ahmad Amin, que já era então um erudito religioso, não se deixaria conquistar de imediato pelo nacionalismo radical de Kamil, que considerava emocional e desprovido de racionalidade.<sup>44</sup>

Em certo sentido, o grande desafio enfrentado pelos nacionalistas no Egito no início do século xx era que os britânicos haviam feito muito pouco aos egípcios para provocar a revolta do povo. Embora a população se ressentisse da ideia de domínio estrangeiro, os britânicos haviam levado ao país um governo regular, estabilidade e baixos impostos. Poucos egípcios haviam tido algum contato com os ocupantes britânicos, que constituíam um grupo afastado e autossuficiente, pouco dado a se misturar com o povo comum. Assim, embora os egípcios não gostassem de estar sob o domínio dos britânicos, estes não haviam feito nada para provocá-los e demovê-los de uma aceitação complacente do domínio colonial.

Até o incidente de Dinshaway.

Em 1906, um grupo de caçadores britânicos invadiu as terras da aldeia de Dinshaway, no delta do Nilo, para empreender uma caçada a pombos. Um grupo de indignados camponeses os cercou imediatamente para impedir a matança das aves, criadas para fins de alimentação. Na briga que se seguiu, um oficial britânico acabou ferido e morreu enquanto buscava ajuda. Lord

Cromer estava fora do país na época, e seus substitutos reagiram de forma grosseira e exagerada. Soldados britânicos prenderam 52 homens da aldeia e convocaram um tribunal especial, enquanto o povo egípcio seguia os acontecimentos avidamente pelos jornais.

A política e os hábitos de leitura de Ahmad Amin mudaram drasticamente após o incidente de Dinshaway. Em seus escritos, ele se lembrou com precisão da data — 27 de junho de 1906 — em que se inteirou dos pormenores do caso. Ele estava jantando com amigos em um terraço em Alexandria.

Quando os jornais chegaram, lemos que quatro homens em Dinshaway haviam sido sentenciados à morte, dois a trabalhos forçados por toda a vida, um a quinze anos de prisão, seis a sete anos de encarceramento e cinco a cinquenta chicotadas. Ficamos [tomados pela tristeza], o banquete se transformou em um funeral e a maioria de nós começou a chorar.<sup>45</sup>

Daí em diante, afirmou Amin, ele só lia o jornal nacionalista radical de Mustafa Kamil no café que frequentava.

A conversão de Amin ao nacionalismo foi repetida em todo o Egito. Os jornais transmitiam a tragédia às pessoas nas cidades, e os bardos populares espalhavam as notícias de aldeia em aldeia, com as canções que compunham, contando sobre a tragédia de Dinshaway e a injustiça do domínio britânico.

A calma por fim retornou ao Egito, apesar de o incidente em Dinshaway não ter sido esquecido, e os britânicos não terem sido perdoados. Em 1906, foram assentadas as bases de um movimento nacionalista. No entanto, os nacionalistas egípcios se viram diante de um Império Britânico que procurava expandir sua presença no mundo árabe, e não se retirar. De fato, o momento da Grã-Bretanha no Egito e no resto do Oriente Médio estava apenas começando.